



HISTÓRIA

2024 - ED.01 - VOL. 11

ISSN - 2318-6550



UNIASSELVI

Maiêutica

Revista



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI

Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto

89082-262 - Indaial/SC

www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

HISTÓRIA
UNIASSELVI 2024

CEO VITRU EDUCAÇÃO

William Victor Kendrick de Matos Silva

VICE-PRESIDENTE OPERAÇÃO EAD UNIASSELVI

Ricardo Grima Fernandes

REITORA DA UNIASSELVI

Neuzi Schotten

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PRESENCIAL UNIASSELVI**

Adriano Luís Fonseca

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO A
DISTÂNCIA UNIASSELVI**

Márcia de Souza

COMISSÃO EDITORIAL

Estelamaris Reif

Gerson Faustino Rosa

Grazielle Jenske

Ivone Fernandes Morcilo Lixa

Kevin Daniel dos Santos Leyser

Liliani Carolini Thiesen

Luis Augusto Ebert

Maria Cecilia Miotto

Pedro Sidnei Zanchett

Roseane Leandra Da Rosa

Táise Ceolin

EDITORES CHEFE

Gerson Faustino Rosa

Luis Augusto Ebert

Pedro Sidnei Zanchett

SUPERVISORES DE PUBLICAÇÃO

Paula Renata dos Santos Ferreira

Eduardo Antunes Anderson

Antonio Eduardo Nicacio

Derick Rantin

Marcelo Sanches Tonolli

REVISÃO

Marcio Kisner

Sarah Mariana Longo Carrenho Cocato

Bruna Da Silva

Carlos Augusto Brito Oliveira

Cristina Maria Costa Wecker

Elias José Lascoski

Dener Kopsch Alves

Janicéia Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Diogo Ribeiro Garcia

Arthur Cantareli Silva

Matheus Silva de Souza

PUBLICAÇÃO ON-LINE

Propriedade do Centro Universitário
Leonardo da Vinci

CONSELHO EDITORIAL

Graciela Márcia Fochi
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

Kátia Spinelli
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

José Antonio Teofilo Cairus
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

Andrea Machado
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

Bruna Cataneo Zamparetti
(Unisul – Tubarão/SC- Brasil)

Luiz Cláudio Altenburg
(Arquivo Histórico/FIC – Indaial/SC – Brasil)

COORDENAÇÃO DA REVISTA MAIÊUTICA

Kátia Spinelli
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

EDITOR DA REVISTA MAIÊUTICA

Graciela Márcia Fochi
(UNIASSELVI – Indaial/SC – Brasil)

APRESENTAÇÃO

Estimados leitores, saudações!

É com imensa satisfação que apresentamos o Volume 11 da Revista Maiêutica do Curso de História da UNIASSELVI.

Neste volume, foi possível contar com artigos que se referem às mais diferentes temáticas e abordagens do conhecimento histórico, que vão do patrimônio cultural, material e imaterial, os sítios arqueológicos das populações sambaquianas, os quilombos das populações negras, a música brasileira no cenário e contexto internacional de época, história das mulheres e as relações na Ditadura Militar; à problemática da memória, perpassada pelo debate decolonial, pelo movimento feminista e antirracista em meio às mídias sociais; as metodologias e tecnologias do ensino e aprendizagem em História, o caso do smartphone no ensino da História. Para tanto, contribuíram acadêmicos, tutores e docentes do curso de História da UNIASSELVI e pesquisadores externos.

Para despertar e estimular a leitura, apresenta-se, a seguir, brevemente, um pouco de cada artigo:

O artigo ***O processo de panteonização de Joséphine Baker na França: ativismos e memória histórica (2013-2023)*** reflete as transformações que ocorreram no campo da memória e do patrimônio na segunda metade do século XX, articuladas com as demandas públicas feministas, antirracistas e anticolonialistas que reconfiguraram profundamente a ideia de nação e as funções das instituições responsáveis pela memória histórica nacional. Em especial, aborda a transmissão cultural da memória por meio das formas de ativismo digital em meio a um denso campo de disputas políticas e culturais.

O artigo ***Pixinguinha em Paris: música brasileira, identidade e as influências culturais*** aborda os diálogos culturais realizados por Pixinguinha e Os Batutas, quando estes se apresentaram em Paris, França, pela perspectiva das trocas culturais, os impactos na obra e na própria identidade, não só do grupo, mas da música brasileira enquanto representação da cultura nacional. Na oportunidade, o autor apresenta elementos da cena parisiense da época e o encontro dos músicos com artistas de outras culturas no sentido de compreender as influências da indústria cultural e a projeção cultural a partir daquela experiência.

O artigo ***Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil: representações, protestos e torturas*** abordou a participação das mulheres no período da Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985, numa tentativa de apresentar experiências tanto de mulheres favoráveis à ditadura como as que participaram de atos públicos de protesto e sofreram perdas familiares. Apresenta depoimentos que ilustram abusos físicos e/ou psicológicos, atos de coragem e de resistência desse período da história do país.

Já o artigo ***Impressões sobre a pandemia da gripe espanhola no Brasil no século XX e a Covid no século XXI***, de forma comparativa, identificou as ações implementadas pelo governo brasileiro durante o evento da gripe espanhola e na pandemia da Covid entre 2020 e 2022. Os estudos e reflexões realizadas proporcionaram conclusões de que tanto durante a pandemia da gripe espanhola quanto da Covid, os governantes brasileiros apresentaram fragilidades nas medidas sanitárias que deveriam ter sido implementadas.

O artigo ***Os sambaquis na região Sul do Brasil*** tratou desse tema no sentido de definir e contextualizar o conceito de sambaqui como exemplar do patrimônio material, constituindo relevantes sítios que possibilitam o conhecimento dos antepassados que habitaram a região litorânea do país. O artigo ressalta a importância dos sambaquis para a sociedade, no sentido de conscientizar de que esses sítios estão cada vez mais ameaçados; apresenta, ainda, reflexões a respeito da responsabilidade pública sobre este fato e da necessidade de atividade de educação patrimonial nos espaços escolares.

O artigo ***O silenciamento dos quilombos gaúchos*** apresenta as diferentes definições utilizadas para ‘quilombo’, além de fazer um recorte regional notabilizando o exemplo do quilombo chamado Comunidade Silva, na cidade de Guaíba, no Rio Grande do Sul. Primordialmente, o artigo evidencia os motivos que levam ao silenciamento dos quilombos gaúchos, fornece informações acerca dos quilombos, não só como espaços geográficos, mas também como patrimônio histórico e cultural, e trata da contribuição das populações quilombolas para o desenvolvimento de toda uma região e nação.

O artigo ***Metodologia e tecnologias no ensino da História*** arrola metodologias que podem ser utilizadas através da tecnologia como atividade didática no ensino da História, com o intuito de lançar mão de tecnologias associadas ao uso da internet a partir das quais os estudantes podem desenvolver atividades inovadoras no estudo dos conteúdos de História. Dentre as tecnologias, menciona pesquisas dirigidas, vídeos explicativos, visitas virtuais, entre outros, com o intuito de compreender como integrar e articular essas tecnologias como práticas pedagógicas dentro do espaço escolar. Isso tudo ponderado pelo fazer do professor e entendido como propulsor de um ensino de História mais leve, tendo em vista a melhoria na qualidade da transmissão do conhecimento e na formação crítica dos estudantes.

O artigo intitulado ***Estereótipos que levam à proibição do uso de smartphones em sala de aula*** aborda o amplo uso de smartphones por parte das pessoas, tanto para comunicação e entretenimento como para o desenvolvimento de linguagens, expressão de ideias e opiniões, assim como as práticas que se posicionam no sentido de que eles devem ser proibidos nos espaços escolares. Diante disso, os autores optaram por refletir no que diz respeito a inverdades e estereótipos que recaem sobre o tema, e apresentam aspectos favoráveis e não favoráveis que essa tecnologia proporciona no campo da educação.

Com o montante dos temas, questões e problematizações contempladas em cada um dos artigos, foi possível nos aproximarmos dos grandes temas como a música e a cultura brasileira, a Ditadura Militar, as relações de gênero e a história das mulheres, os sambaquis e a educação patrimonial, as populações quilombolas, as epidemias de gripe e as questões sanitárias do país, os recursos tecnológicos no interior dos espaços escolares e os desafios do fazer didático e pedagógico do professor.

Os artigos que abordaram as temáticas descritas vão ao encontro das questões e demandas do tempo presente, contemplam as pautas e questões que se encontram em voga no cenário mundial, como, por exemplo, nos objetivos do desenvolvimento sustentável/ODS e da diversidade cultural, que, em seu âmago, almejam promover mudanças e transformações no sentido de galgar uma sociedade cada vez mais equitativa, democrática, tolerante, inovadora e diversa.

Para conhecer melhor todo o potencial dos artigos que foram descritos, por gentileza, queira avançar para as próximas páginas!

Votos de momentos satisfatórios e inspiradores!

Por fim, parabéns aos autores que contribuíram para que o Volume 11 da Revista Maiêutica História da UNIASSELVI se tornasse uma realidade!

Nosso profundo agradecimento!

Respeitosamente,

Dr^a Graciela Márcia Fochi
Docente do Curso de História da UNIASSELVI

SUMÁRIO

10

IMPRESSÕES SOBRE A PANDEMIA DA GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL NO SÉCULO XX E DA COVID NO SÉCULO XXI

Impressions of the spanish flu pandemic in Brazil in the twentieth century and covid in the twenty-first century

Andrea Machado
Andréa Moraes da Silva
Carmelindo Gomes Freitas
Geovane Barreto
Gessya Vale
José Augusto Brito

18

O SILENCIAMENTO DOS QUILOMBOS GAÚCHOS

The silence of gaúcho quilombos

Débora Soares Karpowicz
Fabiano Silveira
Leandro Paz de Souza
Thaina da Silva Garzlaff

26

ESTEREÓTIPOS QUE LEVAM À PROIBIÇÃO DO USO DE SMARTPHONES EM SALA DE AULA

Stereotypes that lead to a prohibition of the use of smartphones in the classroom

Reberte Rodrigo de Souza Barboza
Vitor Mattos

33

MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES, PROTESTOS E TORTURAS

Women and the military dictatorship in Brazil: representations, protests and torture

Juliana Wailer da Silva
Graciela Márcia Fochi
Handerson Luiz Hugo Batista

SUMÁRIO

45

O PROCESSO DE PANTEONIZAÇÃO DE JOSÉPHINE BAKER NA FRANÇA: ATIVISMOS E MEMÓRIA HISTÓRICA (2013-2023)

The process of pantheonization of Joséphine Baker: activism and historical memory (2013-2023)

Caroline Aparecida Guebert

57

PIXINGUINHA EM PARIS: MÚSICA BRASILEIRA, IDENTIDADE E AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS

Pixinguinha in Paris: brazilian music, identity and cultural influences

Pablo Varela Branco

66

OS SAMBAQUIS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Sambaquis in the southern region of Brazil

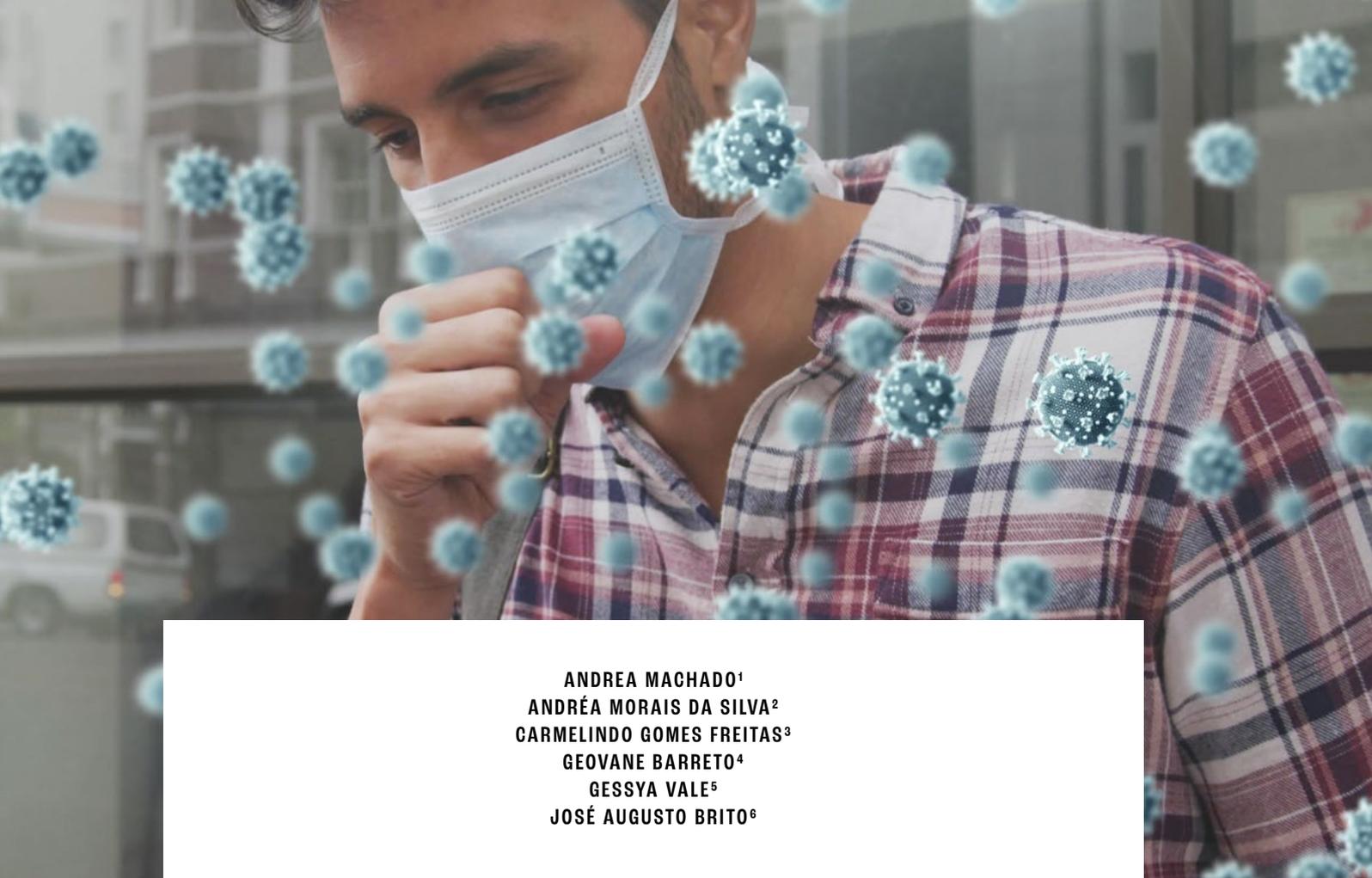
João Carlos Borges
Lavinia Machado da Chaga
Manuela Mendes Nunes
Ricardo Figueiró Cruz

77

METODOLOGIA E TECNOLOGIAS NO ENSINO DA HISTÓRIA

Methodology and technologies in history teaching

Leiane da Silva Menezes
Vinicius Rajão da Fonseca



ANDREA MACHADO¹
ANDRÉA MORAIS DA SILVA²
CARMELINDO GOMES FREITAS³
GEOVANE BARRETO⁴
GESSYA VALE⁵
JOSÉ AUGUSTO BRITO⁶

Impressões sobre a Pandemia da Gripe Espanhola no Brasil no Século XX e da Covid no Século XXI

Impressions of the spanish flu pandemic in Brazil in the twentieth century and covid in the twenty-first century

ARTIGO 1

10-17

1 Mestra em Educação. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia. Graduada em História. Professora na Educação Básica e no Curso de História e Museologia da Uniasselvi. E-mail: andrea.machado@uniasselvi.com.br

2 Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Uniasselvi.

3 Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Uniasselvi.

4 Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Uniasselvi.

5 Graduada em Pedagogia, História, Serviço Social. Pós graduada em Metodologia do Ensino de História, Psicopedagogia e Docência no Ensino Superior. Tutora Externa da Uniasselvi e Professora na Secretaria Municipal de Ensino – SEMED. E-mail: gessyvale@gmail.com.

6 Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Uniasselvi.

Resumo: Neste arquivo pesquisa, o objetivo principal é identificar quais foram as ações implementadas pelo governo brasileiro durante o evento da gripe espanhola e na pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2023. A pergunta que motivou esta investigação foi a seguinte: Quais foram as ações implementadas pelo governo Brasileiro para que a Gripe Espanhola não se alastrasse pelo País? A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica em livros, artigos, revistas, teses e dissertações e o método para a análise de dados foi o Método Qualitativo. Por meio da investigação, concluímos que durante a pandemia da gripe espanhola e da Covid-19, os governantes brasileiros mostraram suas fragilidades em relação às medidas sanitárias que deveriam implementar. Além disso, as primeiras pessoas que estiveram na linha de frente foram os profissionais da saúde que prestaram assistência aos contaminados.

Palavras-chave: Governo; Covid-19; Gripe Espanhola; Ações.

Abstract: In this research, our main objective is to identify what were the actions implemented by the Brazilian government during the Spanish flu event and in the Covid-19 pandemic between 2020 and 2023. The question that motivated this investigation was the following: What were the actions implemented by the Brazilian government so that the Spanish Flu did not spread throughout the country? The methodology used was the bibliographic review of books, articles, journals, theses and dissertations and the method for data analysis was the Qualitative Method. Through the investigation, we concluded that during the Spanish flu and Covid-19 pandemic, Brazilian governments showed their weaknesses in relation to the sanitary measures they should implement. In addition, the first people who were on the front line were the health professionals who provided care to those infected.

Keywords: Government; Covid-19; Spanish Flu; Actions.

INTRODUÇÃO

A pergunta que motivou esta investigação foi a seguinte: Quais foram as ações implementadas pelo governo Brasileiro para que a gripe espanhola não se alastrasse pelo País?

Neste trabalho temos como objetivo principal identificar quais foram as ações implementadas pelo governo brasileiro durante o evento da gripe espanhola entre 1918 e 1919 e na pandemia da Covid entre 2020 e 2023.

A fonte histórica utilizada foi uma imagem disponibilizada pela Revista Galileu, que representa a situação em que se encontrava a enfermaria de um hospital localizado no Rio de Janeiro no ano de 1918 e ainda, uma charge publicada no jornal “A Careta” que representa um submarino alemão como um “Bacilomarino”, ou seja, como uma nova arma criada pelos alemães, utilizada durante a Primeira Guerra Mundial para matar soldados da tríplice entente e seus aliados.

Figura 1: Enfermaria do Rio de Janeiro, em 1918



Fonte: <https://x.gd/95Y4C>. Acesso em: 30 out. 2023.

O método de pesquisa e análise utilizado nesta investigação foi o método qualitativo; realizamos uma revisão bibliográfica sobre a gripe espanhola, o que possibilitou fazer conexões entre a pandemia do século XX e a pandemia da COVID-19 no século XXI. Além disso, foi possível identificar semelhanças nas ações de controle da saúde pública nos dois eventos e sobre as reações dos governantes em relação as primeiras notícias que chegaram ao Brasil a respeito da gripe espanhola e da COVID-19.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gripe espanhola, também chamada de “*la dançarina*” e “*Influenza maligna*” foi uma pandemia causada pelo vírus influenza que, conforme Schuwarcz e Starling (2020, p.3), paralisou até a guerra na Alemanha em 1918.

Para as historiadoras, a gripe espanhola foi uma “arma” que “[...] arrasou a sociedade na Alemanha em apenas três meses” e “[...] em mais de

noventa dias, iria infectar um quinto da população mundial e matar de 20 a 30 milhões de pessoas, ultrapassando o resultado de quatro anos de guerra global ininterrupta”.

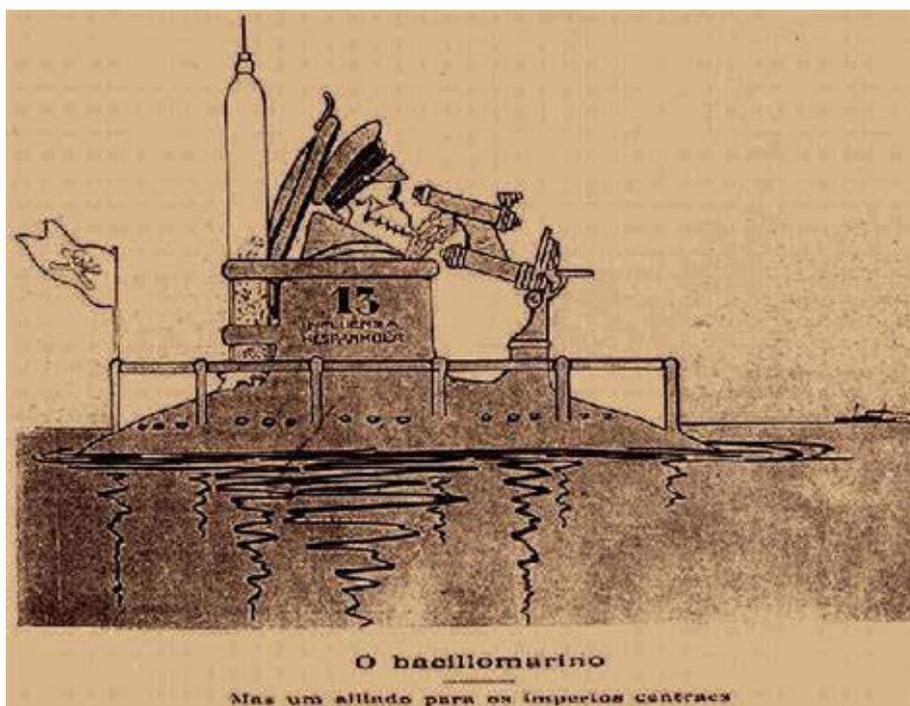
Adriana Goulart (2005, p.102) traz em seus estudos um artigo do Jornal “A Careta”, n. 537, que simboliza a desinformação da sociedade, assim como dos governantes sobre a pandemia da gripe espanhola e a real gravidade da doença. Inclusive, percebemos no artigo um tratamento anedótico, sugerindo que a gripe espanhola foi mais uma “arma” criada pelos alemães, assim como os submarinos, para matar os soldados da tríplice entente e seus aliados:

A influenza espanhola e os perigos do contágio — esta moléstia é uma criação dos alemães que a espalham pelo mundo inteiro, por intermédio de seus submarinos, [...] nossos oficiais, marinheiros e médicos de nossa esquadra, que partiram há um mês, passam pelos hospitais do front, apanhando no meio do caminho e sendo vitimados pela traiçoeira criação bacteriológica

dos alemães, porque em nossa opinião a misteriosa moléstia foi fabricada na Alemanha, carregada de virulência pelos sabichões teutônicos, engarrafada e depois distribuída pelos submarinos que se encarregam de espalhar as garrafas perto das costas dos países aliados, de maneira que, levadas pelas ondas para as praias, as garrafas apanhadas por gente inocente espalhem o terrível morbus por todo o universo, desta maneira obrigando os neutros a permanecerem neutros.

As historiadoras (Schuwarcz; Starling, 2020, p. 5) interpretaram a charge publicada no jornal “A Careta” em outubro de 1918. A charge “o Bacilomarino” seria uma representação da gripe espanhola e também foi retratada no jornal como uma “arma” que teria sido criada pelos alemães. Mesmo em tom anedótico, a charge traça “[...] um paralelo entre dois perigos: os submarinos alemães e a gripe espanhola, duas novas armas que andavam assassinando os soldados que participaram da Primeira Guerra Mundial”.

Figura 2: Charge do Jornal A Careta - “o Bacilomarino”



Fonte: <https://x.gd/UvpRK>. Acesso em: 13 nov.2023.

Para Schuwarcz e Starling (2020) e para a pesquisadora da Fiocruz Nara Brito (1997, p.12), um dos fatores que contribuiu para que em 1918 o vírus da influenza se expandisse rapidamente pelo mundo foi o conflito da Primeira Guerra Mundial e os “[...] deslocamentos e contatos de grandes contingentes de tropas naquele período”.

Contudo, para Brito (1997, p.12) o surto de 1918 não foi o primeiro, sendo assim, não poderia ser uma “arma fabricada pelos alemães” e tampouco o último e “[...] vinha se manifestando, periodicamente, desde a Antiguidade; na última pandemia, registrada na década de 1880, estendeu-se pela Ásia, Europa e América”.

Há suspeitas que os primeiros casos do século XX tenham surgido na Europa e no Estado do Kansas, nos Estados Unidos e de acordo com informações do Atlas Histórico do Brasil (FGV, s/d), a gripe “[...] se propagou com gravidade e envolveu também a Índia, Sudeste Asiático, Japão, China, África e as América Central e do Sul”.

A contaminação no Brasil teria ocorrido em setembro de 1918, quando uma embarcação inglesa chamada “Demerara” atracou em três cidades: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. A partir daí, começaram os registros de pacientes contaminados e a doença se espalhou por todo território nacional. Conforme historiadores, as primeiras notícias que chegaram ao Brasil foram ignoradas pelo governo e a doença foi considerada uma gripe comum e passageira.

Nas palavras de Goulart (2005, p.102), quando as primeiras notícias sobre a gripe espanhola chegaram ao Brasil, foram tratadas “[...] com descaso e em tom pilhérico, até mesmo em tom de pseudo-cientificidade ilustrando um estranho sentimento de imunidade à doença”.

A historiadora (Goulart, 2005, p.102) explica ainda que “[...] apesar dos esforços da comunidade médica e de pesquisadores da época, havia desconhecimento sobre a doença, cujo contágio era acelerado e com alta incidência de letalidade”.

Em seus estudos, Nara Brito (1997, p.12-13) evidencia que “os métodos tradicionais de controle da

saúde pública mostraram-se ineficazes para contê-la” e destaca a falta de orientação precisa sobre a prevenção da doença:

o chefe do serviço sanitário de São Paulo, Artur Neiva, enfatizava a profilaxia individual: “evitar aglomerações (teatro, cinema etc.), não fazer visitas e tomar cuidados higiênicos com a mucosa naso faríngea através de inalações com vaselina mentolada, gargarejo com água e sal, água iodada, ácido cítrico, infusão de plantas contendo tanino etc.

Na concepção de Schuwarcz e Starling (2020, p. 7), “o regime republicano não constituiu uma política consistente na área da saúde, muito menos na agenda pública permanente, voltada para a população”. Neste sentido, destacam ainda que “a ação da união se limitava ao serviço de vigilância sanitária e controle das condições portuárias; além claro, da adoção de providências emergenciais frente a surtos epistemológicos periodicamente incidentes no país”.

Podemos constatar que ao longo do século XX, no âmbito dos três entes federados, os governos se limitavam a implementar programas, projetos e ações (que poderiam mudar a cada mandato político) para conter doenças transmissíveis ou ainda, medidas gerais de saúde, mas, não uma política pública permanente, com diretrizes para o sistema de saúde, com cobertura nacional que garantisse o atendimento da população pobre nas áreas urbana e rural.

Dizemos isto amparados em indicadores históricos e avaliando os efeitos de políticas executadas durante a gripe espanhola e nos estudos das historiadoras Schuwarcz e Starling (2020) sobre as medidas de controle de saúde pública e epidemias no país.

Conforme Schuwarcz e Starling (2020, p. 8), “[...] inexistia uma ação nacional coordenada e permanente no campo da saúde pública para atender o país que entrou enfermo nas primeiras décadas do século XX”. E como veremos a seguir,

a falta de políticas públicas de saúde ou mesmo uma ação nacional coordenada e ainda, pesquisas em epidemiologia, vai impactar diretamente no combate e na propagação da gripe espanhola no Brasil entre 1918 e 1919.

Os pesquisadores Sergio Lamrão e Inoã Urbinati (Atlas Histórico do Brasil, on-line) colocam em evidência que naquele contexto, o corpo clínico, pesquisadores da área da ciência das epidemias, ou ainda, as autoridades brasileiras desconheciam as medidas terapêuticas para evitar contágio. Sendo assim, recomendaram à população que evitasse aglomerações. Mas a situação se agravou e, além de a doença se espalhar pelo país e vitimar muitos brasileiros e brasileiras, teve como reflexo a falta de alimentos, leitos e até mesmo caixões e sepulturas.

Segundo Bassanezi (2013 *apud* Cordeiro; Kind, 2020), alguns termos foram usados para se referir a mortalidade causada pela gripe espanhola como: “morte em massa”, “mar de sepultos”, “mortes a centenas” e “espetáculo macabro”.

Brito (1997, p.13) apresenta em seus estudos dados epidemiológicos sobre a pandemia de gripe espanhola que entre os anos 1918 e 1919 “[...] infectou mais de seiscentos milhões e vitimou aproximadamente vinte milhões de pessoas” no mundo. Para Kid e Cordeiro (2020, p.1), no Brasil “[...] a taxa de óbitos atingiu especialmente os mais pobres, moradores de cortiços, vilas operárias e comunidades com a maior faixa-etária entre 20 e 40 anos”.

De acordo com os estudos de Livoholts e Tamboukou (2015 *apud* Cordeiro; Kid, 2020, p.9), foi um momento desolador e marcante para a história do Brasil, pois, a pandemia tirou a vida de mais de 35 mil pessoas. No âmbito mundial, dados apontam para a morte de milhares de pessoas, entre 20 e 40 milhões¹ e a pandemia da gripe espanhola “[...] expõe a fragilidade sanitária dos governantes da humanidade, desvelam as desigualdades das mortes, as irresponsabilidades

dos governantes, as fragilidades dos serviços de saúde e a suspensão de ritos fúnebres”.

Durante a pandemia da gripe espanhola, conforme pudemos constatar nas palavras de Livoholts e Tamboukou (2015 *apud* Cordeiro; Kid, 2020) e demais pesquisadores que fundamentam esta investigação, os governantes mostraram suas fragilidades em relação às ações de vigilância sanitária que deveriam executar, recomendando à população que evitasse aglomerações e adotasse medidas básicas de higiene para evitar o contágio, como por exemplo, lavar as mãos. Além disso, as primeiras pessoas que estiveram na linha de frente no combate a gripe espanhola foram os profissionais da saúde que prestaram assistência aos contaminados, assim como na pandemia da Covid-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta investigação utilizamos como método de pesquisa e análise o Método Qualitativo. Os professores pesquisadores e os historiadores tem se amparado no Método Qualitativo para analisar fenômenos sociais e eventos históricos e ainda, para explicar a realidade.

Isto porque, conforme Neves (1996, p.1), “a pesquisa qualitativa não busca enumerar e medir eventos, não emprega instrumental estatístico para a análise de dados” e não se preocupa em encontrar “verdades absolutas”. Contudo, é importante frisar que os métodos quantitativo e qualitativo na pesquisa e análise não se excluem.

Optamos pela abordagem qualitativa para o desenvolvimento desta pesquisa, porque, de acordo com Godoy (1995b, p.21 *apud* Neves, 1996, p. 1), “este método permite o uso de diferentes fontes”, dentre elas, charges, imagens e artigos de jornais.

Nesta investigação, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as pandemias da gripe espanhola e do Coronavírus, e utilizamos como ponto de partida para o trabalho uma imagem que representa a situação de superlotação nas enfermarias no Brasil em 1918.

1 Dados do Atlas Histórico do Brasil – FGV CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola>. Acesso em: 30 out.2023.

Também consideramos importante incluir neste trabalho uma charge e artigos de jornais porque retratam o desconhecimento da imprensa, da sociedade, assim como dos governantes sobre a gravidade da pandemia da gripe espanhola.

Além disso, ao empregarmos essas fontes de pesquisa, também tivemos como objetivo mostrar as semelhanças entre as notícias que circularam no contexto do século XX, que responsabilizavam os alemães pela “traíçoeria criação bacteriológica” e no século XXI, quando circularam notícias sobre a origem do coronavírus na China e a suspeita da criação do vírus em laboratório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo exposto, espera-se ter sido respondida a seguinte pergunta que motivou esta pesquisa: Quais foram as ações implementadas pelo governo brasileiro para que a gripe espanhola não se alastrasse pelo país?

Ao final deste trabalho, concluímos que os registros históricos apresentados sobre a gripe espanhola são de grande valia, visto que desde 2020 até maio de 2023², vivemos uma pandemia de proporções em níveis de letalidade, em virtude do novo Coronavírus (ONU News, 2020).

Por meio de tais registros como fotos históricas, charges, notícias de jornais e de uma revisão bibliográfica sobre o tema, percebermos que as estratégias utilizadas pelas autoridades brasileiras para conter a propagação da gripe espanhola no século XX, foram semelhantes as ações de combate a pandemia da Covid-19 aplicadas pelos governos, seja em nível nacional, estadual ou municipal, em pleno século XXI.

Cabe aqui retomar as impressões de Goulart (2005, p.102), sobre a reação dos governantes quando as primeiras notícias sobre a gripe espanhola chegaram ao Brasil, em 1918, pois, foram tratadas “[...] com descaso e em tom pilhérico, até mesmo em tom de pseudocientificidade ilustrando um estranho sentimento de imunidade à doença”.

Identificamos atitudes semelhantes dos governantes em relação a pandemia do século XXI e alguns chegaram ao extremo de reduzir a pandemia de Corona Vírus, em rede nacional, como uma “gripezinha” (2020, UOL) e inviabilizar a aquisição imediata de vacinas (Senado Notícias, 2021), conclamadas pela comunidade médica nacional e ao redor do mundo como a única solução para preservação da vida.

Espera-se que a análise do passado possa de alguma forma sensibilizar nossas autoridades, que devem agir urgentemente para minimizar os efeitos deixados pela doença na economia do país e sobretudo, nas famílias que ainda choram por seus mortos.

2 A OMS - Organização Mundial da Saúde declarou o fim da emergência de saúde global da pandemia de Covid. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/05/oms-declara-o-fim-da-emergencia-global-de-covid.ghtml>. Acesso em: 15 nov.2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI. **Senado Notícias**, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRITO, N. A. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde**, v. 6, n. 1, mar.-jun. 1997. Disponível em: <https://scielo.br/j/hcsm/a/xsvqjXhWnJRwKBJxsxL-fH6v/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

GOULART, A. C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005.

GRIPEZINHA: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. **Notícias UOL**. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/gripezinha-pais-de-maricas-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KIND, L.; CORDEIRO, R. Narrativas sobre a morte: a Gripe Espanhola e a Covid-19 no Brasil. **Psicologia e Sociedade**, v. 32, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LdMLvxpDHBYGqt8fC5SZRp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LAMRÃO, S.; URBINATI, I. Gripe Espanhola. **Atlas Histórico do Brasil**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GRIPE%20ESPANHOLA.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/PESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTERISTICAS_USO-libre.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. **ON News**. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707542>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte – A gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



DÉBORA SOARES KARPOWICZ¹
FABIANO SILVEIRA²
LEANDRO PAZ DE SOUZA³
THAINA DA SILVA GARZLAFF⁴

O Silenciamento dos Quilombos Gaúchos

The silence of gaúcho quilombos

ARTIGO 2

18-25

1 Tutora do curso de História da UNIASSELVI. E-mail: Deborakarpowicz@gmail.com.
2 Graduado em História pela UNIASSELVI. E-mail: fabiano@villagimoveis.com.br.
3 Acadêmico do curso de História da UNIASSELVI. E-mail: slcursos3@gmail.com.
4 Graduada em História pela UNIASSELVI. E-mail: th.garzlaфф@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as diferentes definições de quilombo, além de fazer um recorte regional notabilizando o exemplo do quilombo chamado “Comunidade Silva” na cidade de Guaíba no Rio Grande do Sul, assim como trazer algumas reflexões sobre os motivos que levam ao silenciamento dos quilombos gaúchos. Para obter esse conhecimento, foi necessário responder às seguintes indagações: quais são as definições de quilombo? E por que os quilombos gaúchos não possuem destaque na história regional? Optou-se pela realização de pesquisa qualitativa, através do método do tipo descritivo exploratório, tendo como procedimento a revisão bibliográfica de diversos artigos acadêmicos publicados em revistas e periódicos científicos, bem como de livros que tratam do assunto. Assim sendo, almeja-se obter esclarecimentos acerca dos quilombos não só como espaços geográficos, mas também como patrimônio histórico e cultural, sendo estes vistos como registros da marca de uma população em determinada região, e a história cotidiana ampliada para além dos poucos personagens históricos que normalmente são valorizados (fundadores de cidades, políticos e heróis de guerra).

Palavras-chave: Quilombos. Patrimônio. Rio Grande do Sul.

Abstract: The present work aims to present the different definitions of quilombo, in addition to making a regional cut highlighting the example of the quilombo called “Comunidade Silva” in the city of Guaíba in Rio Grande do Sul, as well as bringing some reflections on the reasons that lead to the silencing of quilombos in Rio Grande do Sul. To obtain this knowledge it was necessary to answer the following questions: what are the definitions of quilombo? And why are quilombos in Rio Grande do Sul not highlighted in regional history? It was decided to carry out qualitative research, using the exploratory descriptive method, with the procedure being the bibliographic review of several academic articles published in scientific magazines and journals, as well as books that deal with the subject. Therefore, the aim is to obtain clarifications about quilombos not only as geographical spaces, but also as historical and cultural heritage, which are seen as records of the mark of a population in a given region, and the daily history expanded beyond the few historical characters that are normally valued (city founders, politicians and war heroes).

Keywords: Quilombos. Patrimony. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Os quilombos são de inestimável importância para a construção identitária do Brasil. Torna-se fundamental conhecer as origens do local, da cidade ou estado objeto de estudo específico sobre história regional e seus patrimônios históricos. No entanto, nem sempre são identificados os indivíduos que fundaram ou desenvolveram determinado espaço, os agentes históricos do cotidiano em si, das ruas, vielas e quilombos. Este último, não é somente um local, mas também a materialização dos processos de trabalho, escravidão e consequente ocupação de terras. Aqui serão abordados as suas características e os motivos que podem ser utilizados para a defesa do quilombo como patrimônio histórico, mas principalmente as singularidades contidas nas diferentes definições de quilombo. A partir dessa ideia, o paper aborda como problema de pesquisa os seguintes questionamentos: quais são as definições de quilombo? E por que os quilombos gaúchos não possuem destaque na história regional?

Essa temática foi escolhida a partir da notável concepção de que a população conhece apenas um conceito de quilombo, algo mais limitado. Além da decorrência da observada necessidade de abordar o assunto de forma mais ampla dentro da educação histórica, haja vista que os quilombos locais não são estudados de forma satisfatória na educação básica. Entende-se que é de suma importância conhecer de forma mais ampla o surgimento dos quilombos, bem como reconhecer suas existências. Dessa forma, esse trabalho propõe-se a alcançar os seguintes objetivos: conhecer os significados de quilombo; entender os motivos que levam ao silenciamento da existência de quilombos no Rio Grande do Sul; mostrar o exemplo do quilombo urbano da cidade de Guaíba. A metodologia aqui adotada é descritiva e qualitativa de cunho exploratório e, optando-se pela revisão bibliográfica como procedimentos de pes-

quisa, almeja-se conquistar um conhecimento crítico e sem anacronismos e generalizações, respeitando e valorizando a História em sua abordagem social, procurando mostrar os fatos além de perspectivas simplistas ou fantasiosas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o quilombo não foi uma exclusividade brasileira e tampouco sua criação nos pertence. Ao invés disso foi instituição comum entre os escravizados africanos, encontrada com diferentes nomes, onde quer que tenha ocorrido a chaga da escravização do negro no continente americano, não se restringindo meramente a um “lugar de negros fugidos” e as diversas conotações negativas daí decorrentes. Entre os escravizados, o quilombo foi lugar de resistência nas possessões europeias na América, fosse no Caribe, na América do Norte ou no Brasil.

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (Brasil, 2022), a palavra quilombo significa “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos guerreiros desenraizados de suas comunidades”. Essa definição está em consonância com Kabengele Munanga (1996, p. 60), que afirma que “quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem [...]”. Pode-se afirmar que, tradicionalmente, a instituição quilombo se originou dos campos fortificados criados pelo povo Jaga (Imbangala) na África Central e esses derivaram da união de grupos guerreiros que, em decorrência de seus conflitos, assimilavam uns aos outros criando novos grupos militares de formação multiétnica e poder centralizado. Esses campos acabaram por formar uma sociedade guerreira identificada como “de iniciação quilombo”, expandindo-se, notadamente, na região de Angola, de onde, a partir das incursões europeias na África, muitos escravizados foram trazidos para o Brasil.

Apropriadamente é possível perceber que tais definições sugerem um conceito diferente e se contrapõem a predileção historiográfica de considerar quilombo preferencialmente “sob a ótica dos negros que fugiam para o mato durante o escravismo criminoso não se realçando a importância revolucionária e a forma permanente de confronto com o regime de imposição do trabalho escravizado. [...]”, (Cunha Junior, 2012, p. 159). Essa, uma descrição tendenciosa que parece ter sua origem em despacho do conselho ultramarino português que, assim o formulou.

De outra forma, as descrições apresentadas denotam que, em sua origem, quilombo tradicionalmente tratava-se de uma instituição multiétnica e político-militar, e sua definição diverge do conceito comumente retratado na historiografia brasileira. Assim, limitar a definição do quilombo brasileiro a um abrigo de escravizados foragidos e criminosos, localizado em lugar ermo, é um erro. Longe disso, como disse Kabengele Munanga:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. (MUNANGA, 1996, p. 63)

Compreende-se que o quilombo brasileiro foi, antes de tudo, um espaço de luta e resistência militar e cultural que, por razões óbvias, preferencialmente se constituía em locais distantes e isolados, veja-se o Quilombo dos Palmares, o mais famoso e representativo em nossa história.

Não obstante, juntamente com o esse modelo típico que se localizava em área rural e em forma de aldeias, conforme Arruti (2009, p. 104), a instituição quilombo se apresentava ainda em outras configurações, como os “grupos nômades que assaltavam as senzalas” (Reis; Gomes, 1996 *apud* Arruti, 2009), ou a forma urbana, como as Casas de Angu “que ocupavam o centro da própria

cidade imperial em pleno século XIX” (Soares, 1998 *apud* Arruti, 2009, p. 104). Esses lugares eram “locais de encontro de escravos de ganho ou fugidos, onde eles se reuniam para comer, descansar, praticar religião, trocar ou esconder mercadorias roubadas [...]” (Arruti, 2009, p. 104). Ainda que possam ter sua existência contestada, a menção desses espaços urbanos que possibilita o debate sobre a contextualização dos modernos quilombos brasileiros, mesmo que de forma premente, a verificação mais comum ainda seja do modelo rural.

Modernamente se verificam a existência dos quilombos urbanos em diferentes formas e de origens diversas. Abdias Nascimento, em seu livro “O Quilombismo” (1980), sugere a ressignificação do quilombo descrevendo-o como um movimento de resistência das pessoas negras, ampliando seu sentido e elevando-os a grupos sociais que atuam na manutenção e defesa da cultura, religião, etc. Dessa forma, quilombo deixa de ter a alcunha pejorativa de ser lugar de negros fugidos, transcendendo “a materialidade dos territórios físicos” e tornando-se “um ideal de sociedade [...] fundada em valores sociais dos povos africanos tradicionais (Cunha Junior, 2012, p. 166). Porém, ainda assim o senso comum, apoiado em séculos de preconceito e historiografia que reforçam o teor negativo sobre a instituição do quilombo, reforça estereótipos pejorativo e dificulta de forma peculiar a capacidade de alguns membros de comunidades quilombolas em se auto afirmarem.

QUILOMBO DE GUAÍBA: A OMISSÃO NO ENSINO ACERCA DO QUILOMBO NA HISTÓRIA LOCAL

O município de Guaíba no Rio Grande do Sul tem como singularidade a exaltação do título de cidade “berço da Revolução Farroupilha”. Há um museu dedicado a história local (Museu Municipal Carlos Nobre), além de um espaço chamado “vitrine cultural” e a “casa de Gomes Jardim”. Para uma breve conceitualização sobre o nome

descrito anteriormente, José Gomes de Vasconcelos Jardim foi um fazendeiro e médico que administrou a fazenda Pedras Brancas, atualmente na localidade de Guaíba, é tido como um dos precursores das primeiras reuniões feitas para planejar a tomada da capital, Porto Alegre. Teria sido realizada ao pé do Cipreste (também tombado como patrimônio histórico), também em sua propriedade, a confraria comandada pelo patrono da cidade, que foi estopim para a Revolução Farroupilha. Todavia, esta valorização da figura de Gomes Jardim e da simbologia do título histórico da cidade não abrange a totalidade da história local, um exemplo disto é o pouco conhecimento sobre a população negra que era escravizada nas charqueadas e demais dependências da estância.

A partir da história oral e de poucos registros, torna-se possível concluir que houve a formação de um quilombo no bairro Ermo, todavia, não existe reconhecimento por parte das autoridades municipais e estaduais sobre isso. Segundo o texto de Leão (2020), negros e mestiços que trabalhavam nas charqueadas guaiabenses, além de suas atividades serem muito importantes, pois exerciam várias funções como a de plantar, cuidar da sede da fazenda, serem amas de leite entre tantas outras atividades, tiveram participação na tomada da cidade de Porto Alegre.

Sob este cenário, torna-se de suma importância tanto para historiadores como para os cidadãos a seguinte indagação: por que a participação destes que estiveram presentes como agentes históricos não é valorizada em meio a tanta admiração de apenas uma figura? É de suma relevância também procurar entender o que aconteceu com esse contingente de mão de obra escrava após a proibição da manutenção de cativos. Por que não é ensinado sobre estes temas nas escolas da cidade?

Nossa historiografia não se refere, especificamente a quilombos no Rio Grande Do Sul. Quando registra existência de algum, é rapidamente, de passagem, sem maiores explicações

ou comentários. Os motivos de formação dos Quilombos gaúchos podem ter sido muitos. O desconhecimento dos caminhos até a fronteira, o controle das estradas e picadas, a pouca vontade de terminar como peão espanhol. Até mesmo o amor á terra. O certo é que o escravo gaúcho, em maior ou menor número, fugiu para aquilombar-se nas fraldas da serra, no fundo de uma floresta, ou na volta de um longínquo arroio (Moura, 2020, p. 46).

A pesquisadora Aline Ryzewski (2008) realizou entrevistas com os moradores da Comunidade Silva, dito quilombo no bairro Ermo, e encontrou diversos pontos que trariam a legitimidade do quilombo. No entanto, há um impasse até mesmo por parte dos moradores ao se declararem quilombolas, a falta de identidade seria justificada pelos próprios por meio da miscigenação cultural e genética, pois é assim que “[...] a identidade quilombola é fixada pelas políticas públicas de forma totalizante e única. Embora reconheça que as comunidades quilombolas foram sendo constituída em meio a diversidade de processos [...]” (Rizewsky, 2008, p. 96).

Outro fato a ser mencionado é que o quilombo de Guaíba foi instituído após a abolição da escravatura, e o conceito de quilombo na maioria dos casos é descrito como um local de escravos fugidos, o que trariam a negação do título à comunidade Silva. No entanto, se desfeito o sentido pejorativo atribuído e considerada a definição de quilombo como sendo um local de acolhimento de uma população abandonada que não possuía terras, a comunidade Silva por meio dessa definição, pode ser chamada de quilombo. Basicamente o ocorrido também nas favelas cariocas e paulistas foi o mesmo. O quilombo Silva foi um local de sobrevivência para estes sujeitos que foram “libertos”, mas não tiveram assistência recebida. Castro e Salomão (2018, p. 239) explicam que:

A abolição do regime de trabalho escravo não foi suficiente para alterar de imediato as suas condições. Não houve, portanto, uma transformação significativa nas práticas de desapropriação, controle do território e a situação política dos grupos negros. Nesse processo, os descendentes dos africanos escravizados passam a atuar através da territorialização étnica [...].

Seguindo esse raciocínio, nota-se que a Comunidade Silva teve suas transformações, tornando-se um espaço urbano, mas com singularidades que foram resultado de suas características quilombolas. Trata-se de um local com a maioria da população sendo negra, já que “a fuga de um modelo escravista favoreceu que um alto contingente de escravos e ex-escravos libertos buscasse por essas terras desocupadas [...]” (Rizewsky, 2008, p. 82).

Imagem 1. Quilombos na colheita de soja na região sul.



Fonte: Mocambos e quilombos (Gomes, 1996, p. 39).

METODOLOGIA

Na realização deste paper foi empregado o método descritivo, de cunho qualitativo exploratório, através da revisão bibliográfica de livros físicos e artigos acadêmicos disponibilizados em endereços da rede-web, bem como conteúdo de revistas e periódicos online. A proposta geradora da pesquisa decorre da disciplina Prática Interdisciplinar do 8º semestre (2022/1), região, arte e Patrimônio, e o objeto de estudo escolhido foi “os significados de quilombo e os quilombos da região Sul”. A escolha do tema se deu em decorrência de que, mesmo em se tratando de um acon-

tecimento histórico, é um assunto relativamente pouco conhecido e trabalhado no ensino escolar e acadêmico, de História. Para desenvolver a pesquisa foi suscitada uma problemática envolvendo duas questões primordiais: “quais são as definições de quilombo? E por que os quilombos gaúchos não possuem destaque na história regional?”

No decorrer do processo de pesquisa surgiram novos questionamentos que impulsionaram o debate e a escrita, como por exemplo, “o quilombo de Guaíba é realmente um quilombo?”, “por quais motivos é de conhecimento da população apenas um significado de quilombo?” e “por que há poucos estudos sobre os quilombos gaúchos?”.

A revisão bibliográfica contou com a utilização dialógica de diversos autores, servindo de fonte os artigos de Paulo Fernando Soares Pereira, Mariléa de Almeida, Abdias Nascimento, entre outros. E ainda os livros do historiador Flávio dos Santos Gomes (Mocambos e Quilombos), do historiador Clovis Moura (Quilombos resistência ao escravismo) e Alexandre Lobão (Quilombos passado e presente de Lutas).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento do trabalho foi possível verificar que apesar de haver vários significados para o termo quilombo, para a maioria da população é aceito o mais prático: “junção de escravos fugidos”. Todavia, como no exemplo da Comunidade Silva em Guaíba, quilombo também pode ser formado como alternativa após a abolição da escravidão, sendo habitado por aqueles que não possuem lugar para ficar (libertos, porém sem assistência).

É possível ligar também ao surgimento dos cortiços e favelas, podendo assim entender também que quilombo é um local de acolhimento, as favelas e cortiços não seriam quilombos urbanos? Para o dicionário e pelos órgãos públicos não, mas é possível fazer essa comparação.

Outro resultado encontrado, é o fato de haver um número muito baixo de bibliografias (estudos, livros, trabalhos acadêmicos etc.) que façam menção aos quilombos do Sul. Há mais notoriedade aos de outras regiões. Isso seria por alguma questão cultural? Ou apenas é sufocada essa parte da história local? Como no caso da Cidade de Guaíba e a sobreposição do “Berço da Revolução Farroupilha”.

Ao final da pesquisa, foi visto que no momento não há uma resposta única para tantas incógnitas sobre os quilombos, muito menos sobre os do Rio Grande do Sul. Mas a resposta mais clara é a falta de abrangência do estudo de quilombos nos currículos de história regional e local. Dessa forma é preciso entender a importância em conhecer a origem, de

onde surgiram, de há relatos que vieram no período da escravidão p diversas regiões do Brasil, onde talvez tenha sido palco de ocupação quilombola em épocas mais remotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do processo de pesquisa feito para a escrita deste artigo, foi possível solucionar a problemática apresentada no início. Neste momento, é de vital importância lembrar que surgiram duas perguntas de pesquisa, a primeira questionava as definições de quilombo; e a segunda a respeito à falta de atenção que é dada aos quilombos existentes no Sul do Brasil bem como a carência de estudos sobre o assunto.

Por respostas, chegou-se à primeira conclusão: que quilombo pode ser definido a partir de diversos quesitos tais como a localização, a origem e o reconhecimento das esferas públicas, como no caso do quilombo citado neste texto, pois não tem a legitimação do Estado, haja vista que não se encaixa na premissa básica (o significado mais popular de quilombo) de espaço para escravos fugidos. Todavia, foi também visto que quilombo é um espaço de identidade, uma comunidade com sua origem de descendência afro-brasileira, confraria de uma população que buscava ocupação de terra por simples sobrevivência.

Em segundo, um dos motivos encontrados foi a supremacia da supervalorização da história farroupilha, o legado gaúcho que de certa forma acaba distraindo os olhares para a falta de conhecimento acerca das demais origens do Rio Grande do Sul. Concluiu-se também que a população até mesmo dos quilombos urbanos não se declara como quilombola, o que pode ser o resultado de uma crença de não serem descendentes diretos dos fundadores desses locais, dos ex-escravos que ali fizeram morada. Por fim, é possível justificar que a falta de conhecimento sobre quilombos é atribuição do pouco espaço que é reservado no currículo escolar para o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de. **Quilombolas**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

ARRUTI, J. M. Quilombos: Objeto aberto. **Revista Jagwa Pana**, v. 8. Disponível em: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/48>. Acesso em: 6 abr. 2022.

CASTRO, C. V. de; SALOMÃO, F. V. A identidade quilombola: a territorialidade étnica e proteção jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 236-255, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/73034>. Acesso em: 13 maio 2022.

COORDENAÇÃO Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas. Quilombo? Quem somos nós! Disponível em: www.conaq.org.br. Acesso em: 14 jun. 2022.

GOMES, F. dos S. **História de Quilombos Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro no século XIX**. São Paulo: Editora Enigma, 2006.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos, uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Editora Enigma, 2015.

GOMES, F. dos S.; SANTOS, E. dos. **De olho em Zumbi dos Palmares, histórias, símbolos e memória social**. São Paulo, 2011.

CUNHA JUNIOR, H. A. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 129, p. 158-167, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999>. Acesso em: 6 abr. 2022.

LEÃO, M. Os primeiros negros no território de Guaíba. **Jornal Repórter Guaibense**. 19 jul 2020. Geral. Disponível em: <https://www.reporterguaibense.com.br/coluna/osprimeiros-negros-no-territorio-de-guaiba>. Acesso em: 14 maio 2022.

LOBÃO, A. **Quilombos e Quilombolas, Passado e Presente de Lutas**. São Paulo: Massa Edições, 2014.

MOURA, C. **Quilombos resistência ao escravismo**. São Paulo: Expresso Popular Andres, 1993.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP** (Revista Povo Negro - 300 anos), São Paulo, n. 28, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/2154>. Acesso em: 6 abr. 2022.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo, Documentos de uma militância Pan Africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

PEREIRA, P. F. S. **Os quilombos e a nação**. São Paulo: Lumen Juris, 2020.

REIS, J. J. **Liberdade por um fio: História de Quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RYZELSKI, A. **Comunidade Silva: Identidades em jogo**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1954/AlineRyzewskiEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 maio 2022.

SANTANA, D. M. F. **A geopolítica do estado e território Quilombola**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.



REBERTE RODRIGO DE SOUZA BARBOZA¹
VITOR MATTOS²

Estereótipos que levam à Proibição do uso de Smartphones em Sala de Aula

*Stereotypes that lead to a prohibition of the use of smartphones in the
classroom*

ARTIGO 3

26-32

1 Graduando em História pelo polo de Colider -MT. E-mail: reberthistor1993@gmail.com

2 Professor tutor externo do Curso de História Uniasselvi-Indaial, SC. E-mail: vitormattos15@gmail.com

Resumo: Smartphones são considerados, para a maioria da sociedade, um utensílio essencial e presente na vida da humanidade, com variadas tarefas e entretenimento disponíveis em apenas um aparelho. Sua maior utilização é como meio de comunicação, desenvolvendo linguagens, expressão de ideias e opiniões. Muitas escolas proíbem o uso de smartphones em sala de aula, pois uma parte da sociedade acredita que as tecnologias afetam algumas habilidades humanas. Discorreremos ideias de autores que trazem veracidade e outros que reforçam estereótipos na sociedade, mostrando os *prós e contras* dessa tecnologia como um utensílio na didática.

Palavras-chave: Tecnologias. História. Estereótipo. Smartphones. Educação.

Abstract: Smartphones are considered, for most of society, an essential utensil and present in human life, with various tasks and entertainment available in just one device. Its greatest use is as a means of communication, developing languages, expression of ideas and opinions. Many schools prohibit the use of smartphones in the classroom, as a part of society believes that technologies affect some human skills. We will discuss ideas from authors who bring veracity and others who reinforce stereotypes in society, showing the pros and cons of this technology as a tool in didactics.

Keywords: Technologies. History. Stereotype. Smartphones. Education.

INTRODUÇÃO

O uso de tecnologia em sala de aula é encarado, na maioria das vezes, com suspeita. Será que, de fato, os objetos tecnológicos proporcionariam um desenvolvimento no aprendizado dos alunos? Essas incertezas não são um fenômeno exclusivamente da atualidade. Em diferentes épocas, outras tecnologias eram vistas como empecilhos para o aprendizado.

O desenvolvimento de novas técnicas para realizações de tarefas humanas sempre foi carregado de valores dicotômicos para a sociedade. Isso significa que um desenvolvimento ou criação de alguma tecnologia para alguns foi um avanço para um futuro melhor, e para outros, o retrocesso e a destruição do humanismo, formando duas ideologias antagônicas.

Esse trabalho tem o objetivo de discorrer sobre essas ideologias para entender, em ambas, as justificativas, veracidade e estereótipos.

A ideia do uso de tecnologia em sala de aula, por mais que evoque distintas opiniões, nos dias atuais, aparenta ser mais forte devido à grande expansão do ciberespaço, que coloca o ensino em um cabo de guerra, onde professores acabam se perdendo em seu método de ensino-aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As tecnologias em diferentes períodos ganharam significados de acordo com sua funcionalidade e seu efeito sob a sociedade. Sud Mennucci, no seu livro *A Crise Brasileira de Educação*, aborda danos que podemos supor ser empecilhos para o aprendizado dos alunos. Para Mennucci (1934), a crise da educação nasce com o uso intenso de tecnologias que estavam sendo descobertas cientificamente, junto com a industrialização. O autor usa de exemplo:

Num prazo relativamente curto, que, na maioria dos casos, não ultrapassou o da duração média da vida humana, nós fomos das primitivas locomotivas roncadoras ao possante comboio elétrico; do balão cativo e do aerostato errante ao dirigível das grandes carreiras e ao hidropilano de quinhentos quilômetros à hora; da berlinda pesada ao automóvel concorrente das estradas de ferro; do navio de rodas, caricatura do ‘steam-boat’ de Fulton, aos gigantescos navios motores modernos. Fomos do telégrafo e telefone comuns à radiotelegrafia e à radiotelegrafia e, já agora, à televisão; da lanterna mágica, imóvel como um sorriso idiota de bailarina, ao cinema mudo e ao animatógrafo sincronizado; do lampião de querosene às lâmpadas de Edison; da morosa tipografia de distribuição lenta para as rapidíssimas monotipos de destruição diária; da caixa de música, a moer sempre a mesma peça, à panatropie elétrica, que toca trinta discos sozinha. E não contentes com isso, suprimimos a caligrafia com a máquina de escrever e aposentamos o cérebro com a máquina de calcular (Mennucci, 1934, p. 12).

É curioso que, hoje, no século XXI, a internet e os smartphones tenham sido responsáveis por transformações mais radicais e em menos tempo na sociedade do que as citadas. Essas mudanças trazem uma sensação de que, devido ao uso dessas tecnologias, nossas capacidade e intelectualidade foram comprometidas e diminuídas por substituímos objetos tecnológicos para suprir supostas necessidades que antes realizávamos sem elas.

A tecnologia que é mais alvo dessas desconfiças também é a mais presente na sociedade: os smartphones. Em pouco tempo, celulares foram ganhando novas modificações, permitindo a realização de mais atividades, para as quais, antes, era necessário um aparelho específico. Por exemplo, o celular foi se desenvolvendo desde o início de sua criação – um aparelho que, além

de ter a mesma função do telefone, foi ganhando gradativamente mais funções –, passando a servir como calculadora, despertador, rádio, câmera, reproduzidor de áudio, vídeo e ponto de acesso à internet e às redes sociais.

O ampliação da conectividade na sociedade desenvolveu uma nova dimensão, um espaço conhecido como ciberespaço. Nessa dimensão, o entretenimento modifica a interação social, e como toda transformação social, uma geração sofre impactos diferentes. A memória é corresponsável por esse fato. Suponhamos que um professor tenha dificuldade para interagir com seus alunos com o uso de tecnologia para o desenvolvimento de aprendizado, pelo simples fato de a memória desse professor se recordar de um tempo em que a interação humana era completamente diferente, memória que dificilmente seus alunos poderão imaginar, já que a maioria cresceu já inserida no ciberespaço.

O uso de celular em sala de aula é proibido, e muitas escolas, devido à mudança da sociedade diante das novas tecnologias de comunicação, encaram como um desafio conciliar o aprendizado de indivíduos com interações com modelos de vida perfeita e identidades baseadas em discurso de ódio, que são produzidas diariamente em redes sociais. Muitos professores se sentem inseguros diante dessas mudanças. Conforme Ferreira (2007, p. 139), “é certo que todos e qualquer tipo de mudança acarreta quase sempre resistência por parte dos envolvidos, que estão ligados a fatores psicológicos de insegurança, e isto acontece tanto na prática individual como na coletiva”.

Outro ponto a se refletir é o estereótipo de evolução do consumo de tecnologias. Em uma entrevista, Fernando Tula Molina afirma:

Esse gravador digital que você está utilizando, por exemplo, possui um design, que encerra em si todo o contexto de sua concepção e está ligado a determinadas estratégias. Essas estratégias representam interesses – que, no caso

de uma sociedade capitalista, correspondem aos interesses das corporações. São interesses que têm a ver com o consumismo tecnológico. O projeto do gravador já prevê quando ele sairá de linha, isto é, carrega consigo uma estratégia de obsolescência programada. Para que você consuma mais, é preciso que na sua cabeça a aquisição de novos produtos tecnológicos seja entendida como um progresso. Você acredita que está progredindo e tem um aparelho melhor, de última tecnologia. Mas eventualmente os aparelhos mais antigos tinham mais qualidade. Isso é pura política (Molina, 2009).

Um ponto delicado a ser enfrentado é discernir quando o uso de tecnologias é apropriado para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos, ao invés de ser uma mera convicção de aula modernizada por seguir as novas tendências, que muitas vezes contribui para a ideia de estarmos evoluindo simplesmente por possuímos novos meios de comunicarmos e acumularmos informações em aparelhos cada vez mais aprimorados. Outra resposta que o autor dá em sua entrevista é:

Levamos tempo para educar alguém a ser crítico com a tecnologia e a conhecer sua própria capacidade de decisão e sua autonomia de criatividade. Essa é a dimensão do tempo da educação. Temos que introduzir essa discussão na escola inicial, porque ali as crianças já têm celular, videogames e muitas possibilidades tecnológicas. Seria importante começar a combater cedo a ideia introjetada de que a ciência é apolítica. Ao superar as ideias de neutralidade e determinismo do desenvolvimento tecnocientífico [sic], só nos restará a possibilidade de um desenvolvimento político, democrático, com participação cidadã. Mas esse cidadão crítico ainda não existe, daí a importância dessa dimensão da educação (Molina, 2009).

O uso de tecnologias tem na educação, como contribuição, um maior ampliamiento na comunicação. As redes sociais têm sido utilizadas cada vez mais para disseminar conhecimentos de todas as áreas científicas. Outro ponto a se dar relevância nessa comunicação é a linguagem desenvolvida no ciberespaço.

No artigo *O meme: possibilidades entre a didática da história e a consciência histórica*, a autora Andresa dos Santos Lucas retrata uma linguagem muito usada nas redes sociais. Ela mostra que essa linguagem pode ser muito proveitosa para se aplicar no aprendizado de História. Conforme a autora Lucas (2018, p. 16), “como objeto da História, enquanto campo de conhecimento, o meme pode aparecer tanto como uma síntese poderosa quanto, apenas, como uma visão estereotipada de determinado processo histórico”. A comunicação dos memes tem os mesmos efeitos das tirinhas encontradas nos livros didáticos, porém os memes podem ser produzidos por professores ou alunos. Sua eficácia está na criatividade desenvolvida nessa linguagem e no alcance maior de um conhecimento ou provocação a ser compartilhado. A autora diz:

Os memes nascem das necessidades sociais, sua replicação está intimamente linkada com os problemas práticos da vida – seja no sentido da memética [sic] ou da diversão na internet, ou de replicar uma ideia individual, e, por que não, uma nova forma de se contar a história. O aprendizado histórico por meio dos memes poderá ser caracterizado, dependendo da abordagem, como uma via muito produtiva do ângulo da didática da história (Lucas, 2018, p. 16).

A utilização de memes é um exemplo das várias atividades que podem ser trabalhadas com as novas tecnologias e ferramentas de comunicação, devendo se levar em consideração os problemas que estas trazem à sociedade.

METODOLOGIA

Os principais materiais utilizados para esta pesquisa foram o livro *A Crise Brasileira de Educação*, de Mennucci (1934); o artigo *Os memes e a didática da história: um estudo de caso a partir da página ‘história nas redes sociais*, de Andresa dos Santos Lucas (2018); o livro *História, Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras*, organizado por Amanda Dorneles, Artur Cesar Isaia e outros; a entrevista *Falsa Neutralidade*, de Fernando Tula Molina (2009); e o artigo *Ensino de história e a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão*, do autor Carlos Augusto Lima Ferreira (2007), publicado na *Revista de História Regional*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As novas tecnologias geraram na sociedade pensamentos repletos de dicotomias, estereótipos e percepções. Mennucci (1934) representa em sua obra *A crise brasileira de educação* um ponto de vista em que as tecnologias diminuem a capacidade e habilidades humanas devido à substituição de máquinas, que altera a realização de algumas tarefas em seu contexto e sua época. A máquina de escrever e a de calcular fariam nós, humanos, perdermos essas habilidades. Essa ideia ecoou na era dos computadores. Na globalização da internet, smartphones e redes sociais alteraram a interação humana, mas a reflexão atual, em sentido paralelo à de Mennucci (1934), seria o tempo e a quantidade de entretenimento que a sociedade produz e consome, em grande massa, com um simples aparelho, produzindo nas escolas a proibição do seu uso em sala de aula por suspeita de que isso provocaria dificuldades e baixos níveis de aprendizado dos alunos.

Outro ponto a ser discutido, ao nos depararmos com a entrevista de Molina (2022), que gera uma desconfiança que deve ser levada em conta, é a ideia consumista e de progresso que a sociedade produz mediante as tecnologias. Por fim, a tecnologia pode ser introduzida com positividade – um exemplo é a utilização de memes (Lucas, 2018).

CONCLUSÃO

O uso de algumas tecnologias na maior parte das salas de aula brasileiras é proibido. Além de muitas escolas e professores visarem os danos que as novas tecnologias geram em crianças, faz-se necessário citar que um dos estereótipos que repercute na sociedade é a falsa ideia de associarmos progresso e evolução de acordo com um novo modelo ou o último lançamento de um aparelho tecnológico. Há, também, a ideia de que, por conseguirmos um acúmulo de informações de fácil acesso, não precisaríamos nos dar ao trabalho de pensar e refletir, já que temos as informações em um clique, em segundos. Porém, na realidade, informações e conhecimento são conceitos diferentes. Além do mais, computador, smartphones e tablets não são criadores de informações, são somente ferramentas que acessamos. Para que obtenhamos conhecimento, é essencial que a mente humana o crie.

Então, o problema de substituímos máquinas que possam, de alguma forma, propiciar a perda de algumas habilidades humanas é real, porém não quer dizer que algumas não sejam positivas ou que não tragam benefício à sociedade. O que se deve refletir é que, apesar da globalização das informações e facilidade de acesso, a educação, hoje, se encontra em declínio devido à atenção dos alunos ser comprometida pelo tempo de exposição ao entretenimento das redes sociais e jogos. No entanto, a proibição do uso celular não garante que o problema esteja resolvido. A proibição do uso de tecnologia mostra que não capacitamos os alunos para lidar com realidade, como se não fosse possível educar utilizando as tecnologias.

O que resulta dessa divisão entre tecnologia e educação é a comunicação. O que deve-se levar em conta é que, independentemente de as tecnologias poderem, de fato, ser empecilho para o desenvolvimento dos alunos, os smartphones podem ser uma plataforma didática. Assim como, com o passar dos anos, o cinema, o teatro, as músicas, as obras de artes e fotos não substituíram os livros, e sim, além de serem excelentes meios de comunicação, foram, aos poucos, inseridos na didática escolar, não tem por que ser diferente com smartphones, memes, redes sociais e até jogos. Mesmo assim, deve-se utilizá-los de forma atenta, porque o conhecimento, o pensamento, a crítica e o desenvolvimento são de maior relevância para efetivar o aprendizado dos alunos.



ENTÃO, O PROBLEMA DE SUBSTITUÍRMOS MÁQUINAS QUE POSSAM, DE ALGUMA FORMA, PROPICIAR A PERDA DE ALGUMAS HABILIDADES HUMANAS É REAL, PORÉM NÃO QUER DIZER QUE ALGUMAS NÃO SEJAM POSITIVAS OU QUE NÃO TRAGAM BENEFÍCIO À SOCIEDADE.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, C. A. L. Ensino de história e a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão. **Revista de História Regional**, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2087>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LUCAS, A. dos S. Os memes e a didática da história: um estudo de caso a partir da página “História nas redes sociais”. In: DORNELES, A. *et al.* (org.). **História, cultura e religiosidades afro-brasileiras**. Porto Alegre: Fi, 2018.

MENNUCCI, S. **A crise brasileira de educação**. 2. ed. São Paulo: Piratininga, 1934.

MOLINA, F. T. **Falsa neutralidade**. Agência Fapesp, 16 jan. 2009. Entrevista concedida a Fábio de Castro. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/falsa-neutralidade/9971/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MÜLLER, A. J. *et al.* (org.). **Metodologia científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

SANTOS, P. C. dos; FOCHI, G. M.; SILVA, T. R. da. **Teoria da história e historiografia**. Indaial: Uniasselvi, 2016.



JULIANA WAILER DA SILVA¹
GRACIELA MÁRCIA FOCHI²
HANDERSON LUIZ HUGO BATISTA³

Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil: Representações, Protestos e Torturas

*Women and the military dictatorship in Brazil: representations, protests and
torture*

ARTIGO 4

33-44

1 Graduada e licenciada em História pela UNIASSELVI, Polo de Canoas-Centro/RS. E-mail: julianawailer.jw@gmail.com

2 Docente do curso de História pela UNIASSELVI. Doutora em História pela UFSC. E-mail: graciela.fochi@uniasselvi.com.br

3 Professor e tutor do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Camaquã/RS. E-mail: hadersonluizhugobatista@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo visa abordar a participação das mulheres no período da Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985, abordando tanto o lado das mulheres a favor dela como das que sofreram com a perda de seus familiares ou torturadas pelos militares e que, mesmo assim, participaram de protestos pedindo a volta do sistema democrático. Também será visto, pelo leitor, depoimentos das mulheres que sofreram abusos físicos e/ou psicológicos, mas que tiram forças de suas dores, coragem para trazer ao nosso conhecimento suas histórias de resistência, através do olhar dos autores citados, em que o leitor é convidado a percorrer essa trajetória nos materiais pesquisados para que, assim, possa-se ter convicção da seriedade dessa escrita.

Palavras-chave: Democracia. Ditadura. Mulheres. Política.

ABSTRACT: This research aims to address the participation of women during the period of the Military Dictatorship in Brazil, from 1964 to 1985, addressing both the side of women in favor of it and those who suffered from the loss of their family members or were tortured by the military and who, even so, participated of protests calling for the return of the democratic system. The reader will also see testimonials from women who have suffered physical and/or psychological abuse, but who draw strength from their pain, courage to bring their stories of resistance to our knowledge through the eyes of the cited authors, where the reader is invited to follow this trajectory in the researched materials so that they can be convinced of the seriousness of this writing.

Keywords: Democracy. Dictatorship. Women. Policy.

INTRODUÇÃO

Para se ter uma sociedade democrática, é preciso que todos os cidadãos não se esqueçam do seu passado, usando como espelho todos os feitos que foram construídos pelos antepassados, usando de exemplo os bons e maus momentos para entenderem não só as consequências de seus atos, mas o que ficará para as próximas gerações.

Observando a história da política no Brasil, percebemos que a democracia e a liberdade de expressão são de valores incalculáveis, sendo notório que, em um governo que silencia a imprensa e expõe opiniões com discursos de ódio, principalmente quando se trata das minorias ou um grupo de gênero, a repressão se torna uma arma nas mãos de um regime governamental autoritário.

Devido a isso, é proposto, neste artigo, um aprofundamento nos temas já trabalhados em Estágios e Práticas Interdisciplinares, fazendo uma relação da Ditadura Militar com as mulheres, construindo, assim, o tema: “A relação das mulheres na Ditadura Militar no Brasil”, vindo de encontro com a área de concentração abordada neles, os grupos sociais e as civilizações em perspectiva histórica, que traz um breve estudo sobre um determinado grupo de gênero, o das mulheres, contando a história de algumas durante a Ditadura Militar, fazendo-as parte da construção histórica da política no Brasil, onde foram sequestradas, torturadas e violentadas, mas que sobreviveram para contar as atrocidades vistas e vividas nos porões da Ditadura.

MEMÓRIAS QUE SOBREVIVERAM À DITADURA

As mulheres sempre ocuparam um importante espaço na construção da civilização, mas nem sempre tiveram voz ativa dentro dela, assim como o devido reconhecimento. Vemos isso em diversas culturas, em que elas têm seus direitos políticos limitados ou até negados, como a situação aqui

no Brasil, onde elas só foram reconhecidas no governo de Vargas, quando ele modificou o Código Eleitoral de 1932, tornando as eleitoras e elegíveis.

Apesar de terem seus direitos regularizados, as mulheres continuaram sendo silenciadas pela sociedade patriarcal, que permanecia ainda com a ideia de que mulheres deveriam seguir cuidando do lar sem necessidade de frequentar uma instituição de ensino como os homens. Ao analisarmos alguns momentos de nossa história, notamos que diversas mulheres saíram do anonimato e foram às ruas buscar seus direitos, quebrando paradigmas na busca da democracia.

Um dos momentos mais marcantes da história, não só das mulheres brasileiras, foi o período em que nossa política foi governada por punho militar, no ano de 1964, que tornou o sistema político autoritário e ditatorial, marcando, amargamente, a vida dos cidadãos que viveram nesse sistema bruto político, que limitava ou até anulava todo o direito de liberdade, tendo cinco generais como presidentes em um prazo de 21 anos, sendo nenhum eleito pela população, pois, conforme Silva (2022, p. 2), a “[...] forma que assumiram a cadeira presidencial foi a base de tomada sem qualquer sistema democrático”, derrubando João Goulart, presidente eleito democraticamente em 1961, de acordo com o mestre Tales Pinto, no site Brasil Escola (2022), eles assumiram com a desculpa de impedir que houvesse uma Ditadura Comunista no Brasil.

Diante da tamanha abominação que assolou o Brasil entre 1964 e 1985, muitos brasileiros tendem a querer esquecer ou até negar todos os fatos, outros apoiam e pedem uma nova intervenção militar para haver um controle do governo, acabando por romantizar a história do nosso país no período da Ditadura. Vale ressaltar que é necessário relembrarmos desse período. não com um olhar inquisitório, mas sim com olhar crítico, na busca de não deixar sermos enganados e nem cair no esquecimento, pois de acordo com a Maíra Costa (2018, on-line), na revista digital Revista Escuta:

As memórias são um elemento central, frequentemente mobilizadas ao tratar dos períodos autoritários a partir de uma ideia pedagógica, de que se lembrar do passado autoritário evitaria repeti-lo no futuro. Indo além, é preciso pontuar que as memórias fazem parte do processo de socialização, quer dizer, também atuam na forma como os indivíduos percebem a realidade política, assimilam e constroem opiniões, perspectivas e valores.

Durante o período da Ditadura Militar, aconteceram diversas censuras seguidas de repressão e tortura, ocasionando o sumiço de muitos jornalistas, estudantes e trabalhadores de ambos os sexos, sendo que alguns foram covardemente assassinados por seus algozes militares em porções, mas o que mais chama atenção são as formas absurdas dos quais as mulheres foram submetidas, pois elas “[...] eram violentadas com choques nos genitais, tinham animais vivos, como ratos, enfiados em seus orifícios, eram chutadas, esmurradas e esturpadas – muitas vezes, na frente de seus parceiros” (Elise; Vespa, 2019).

Diante da tamanha crueldade, as mulheres criaram revoltas, movimentos e clubes para irem não só contra a repressão, mas também a busca, de acordo com Pereira, 2019, on-line):

Seus entes desaparecidos nas ações violentas dos militares no poder. Foi assim que surgiu a *União Brasileira de Mães* que chegou a organizar passeatas pela vida dos seus. Nas mobilizações por moradia, na resistência nos locais de trabalho, nas lutas cotidianas pela sobrevivência, na reorganização molecular da luta operária e camponesa, a presença de mulheres mostrou-se imprescindível.

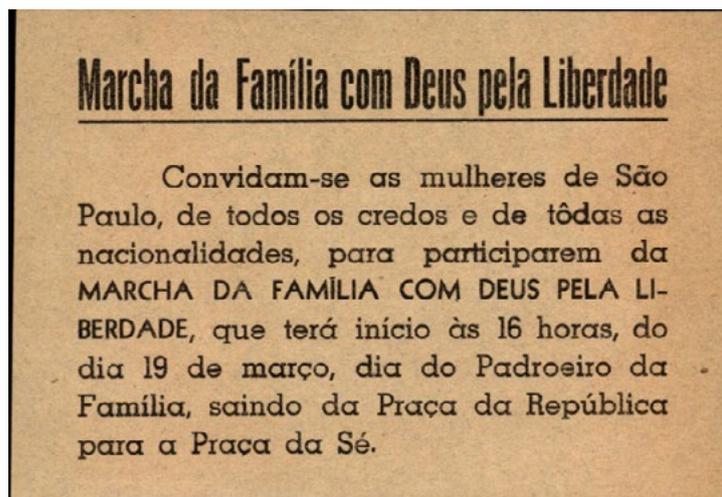
Perante esse cenário, Medeiros *et al.* (2014 *apud* Tomazoni, 2016, p. 61) explicam que as mulheres, algumas donas de casa, outras estudantes e trabalhadoras, abandonaram suas funções para lutar a favor da democracia como militantes políticas, enfrentando a imposição fardada, pois as agressões dos militares tinha como intenção a de “[...] fragilizar, amedrontar, coibir, deixando clara a sua posição de inferioridade absoluta em relação ao poder instituído”, tornando, assim, as mulheres como um alvo fácil de torturas ao ponto de diminuí-las.

A Ditadura reuniu diversas classes sociais, mulheres de todos os cantos do país, todas em prol do fim da sagacidade das torturas, porém “não podemos esquecer, entretanto, que havia mulheres nas Forças Armadas, mulheres que torturaram outras mulheres, que perseguiram, denunciaram, que se alinhavam à repressão fascista e à exploração porque eram suas bandeiras” (Pereira, 2019).

Também não devemos ignorar que o Golpe Militar teve grande apoio das mulheres civis, pois “as mulheres da direita tiveram orientação explícita dos grupos golpistas para a realização de ações anticomunistas e para impedir que houvesse qualquer mudança de caráter popular”, promovendo, assim, a Marcha com Deus pela Família, pela Liberdade, onde “[...] milhares levavam o rosário nas mãos, havia cartazes com os seguintes dizeres: Vermelho bom, só do batom. Outros cartazes expressavam também o caráter ideológico da manifestação: Verde e Amarelo, fora foice e o martelo!” (Teles, 2014, p. 12).

A seguir, vemos uma notícia divulgada nos jornais de São Paulo em 1964 para a manifestação a favor do Golpe Civil Militar:

Figura 1 – Convite às mulheres



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Uma das imagens mais veiculadas sobre os movimentos contra a Ditadura que envolvem as mulheres é da marcha das atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengel, no ano de 1968. Conforme Borges (2018), elas, de mãos dadas, for-

mavam um cordão humano, liderando a passeata pelo centro do Rio de Janeiro em função de reivindicar seus direitos à democracia, do qual era oprimida pela Ditadura Militar.

A imagem a seguir se trata da marcha das atrizes junto ao movimento contra a Ditadura em 1968:

Figura 2 – Atrizes na manifestação



Fonte: https://plaggiado.blogspot.com/2010/07/cronologia-da-ditadura-militar-e.html#google_vignette. Acesso em: 7 ago. 2024.

Conforme Helena Borges (2018), as manifestações seguiram no estado de São Paulo, pois:

Meses depois, em outubro do mesmo ano, o congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna, São Paulo, foi invadido e desmantelado pelas forças de repressão. Entre os cerca de 900 estudantes presos, mais de 140 eram mulheres. O feminismo ainda não se configurava como um movimento organizado no Brasil, mas um grupo de mulheres se destacou por uma atitude bastante feminista, ainda que não se dessem conta disso: elas lutaram lado a lado com os homens contra a ditadura que se instalara em março de 1964 (Borges, 2018, on-line).

A marca registrada desse período foram as torturas, que a princípio se justificavam como uma forma de punir vândalos e baderneiros que ameaçavam a ordem do país. Ao analisarmos, os grupos que mais sofreram com agressões sexuais foram de fato as mulheres, dos quais serviam como via para se obter confissões de crimes inexistentes ou expor lugares onde outros perseguidos estavam.

Para se ter uma ideia de como foi esse período pelo viés das perseguidas e torturadas, Dom Frei Paulo Evaristo Arns traz nas páginas do seu livro *Brasil nunca mais*, escrito em 1985, relatos de processos em que as vítimas contam seus momentos mais horrendos e deprimentes nas mãos do Destacamento de Operações de Informação (DOI) – Centro de Operações de Defesa Interna (CODI):

A engenheira Elza Maria Lianza, de 25 anos, presa no Rio, narrou em seu depoimento, em 1977:

[...] que a interrogada foi submetida a choques elétricos em vários lugares do corpo, inclusive nos braços, nas pernas e na vagina; que o marido da interrogada teve oportunidade de presenciar essas cenas relacionadas ao choque elétrico e os torturadores amplificavam os gritos da interrogada, para que fossem ouvidos pelo seu marido (Arns, 1985, p. 46-47).

É visto também que nem as grávidas se viram livres dos meios de tortura, já que Arns (1985) explica que muitas sofreram tantos abusos e choques que resultaram em abortos. Já outras, como o caso da estudante Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima que, em 1972, entrou em trabalho de parto em cárcere privado devido às torturas psicológicas:

[...] ao saber que a interroganda estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; [...] que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no Codi, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constando que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20/2/1972 deu à luz e 24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC (Arns, 1985, p. 49).

A partir desses depoimentos, entre vários existentes no livro, vemos como as mulheres sofreram não só agressões físicas, mas eram expostas a humilhações, tendo seus corpos mutilados e violados, tirando o direito de muitas a cuidar de seus filhos. Nesse ponto, é necessário refletirmos sobre como existiram e ainda existem pessoas que buscam justificar o injustificável, já que, na lógica, a tortura não é uma forma prática de se obter qualquer confissão, muito pelo contrário, esse método obtém qualquer discurso para conseguir a liberdade da dor e do sofrimento.

Uma das mulheres mundialmente conhecidas e que sofreu diversas torturas na Ditadura foi a ex-presidente Dilma Rousseff, sendo presa em São Paulo pelo DOI-Codi 2 por pertencer à Organização Revolucionária Marxista. Em uma entrevista ao G1 (2012), vemos um dos seus relatos:

Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um

soco e o dente se deslocou e apodreceu. [...] Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz (capitão Alberto Albernaz, do DOI-Codi de São Paulo) completou o serviço com um soco, arrancando o dente (G1, 2012, on-line).

De acordo com a professora de História, Juliana Bezerra (2023, on-line), Dilma Rousseff:

Atuou como integrante dos grupos Colina (Comando de Libertação Nacional) e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) ambos de orientação marxista. Nestas organizações, Dilma era responsável por dar instruções sobre o socialismo, planejar ações, guardar armas e documentos. Apesar de não ter participado de lutas armadas, Dilma foi julgada por um tribunal militar sob a acusação de subversão, por discordar publicamente da ditadura.

Junto de outras prisioneiras, foi levada para o Presídio Tiradentes, mais conhecido como Torre das Donzelas devido à ala feminina, na cidade de São Paulo. De acordo com Falci (2019), o local foi feito em 1852 com intuito de punir os escravos fugitivos, chamado como Casa de Correção. Já durante a Ditadura de Vargas, o local começou a servir para detenção de presos políticos, seguindo, assim, até a Ditadura Militar. Esse local ganhou, no ano de 2016, um curta-metragem dirigido por Susana Lira, que traz depoimentos de diversas sobreviventes.¹

Outra militante que sofreu nas mãos dos torturadores foi a jornalista Miriam Leitão, em 1972:

Durante sua prisão no quartel de Vila Velha, Espírito Santo, sofreu torturas físicas. Grávida aos 19 anos, com um feto de um mês no ventre, ela foi jogada numa cela escura completamente nua e obrigada a interagir com uma jiboia viva.

¹ Curta-metragem *Torre das donzelas* (97 min.) dirigido por Suzana Lira. Disponível na plataforma virtual <https://canaisglobo.com/assistir/gnt/gntdoc/v/8195285/>.

Durante os interrogatórios, levou chutes, socos, cacetadas e tapas por parte dos oficiais, sendo ameaçada de estupro diversas vezes. Ainda foi privada de alimentação nas celas do quartel. Leitão também revelou que os soldados, com sadismo, lançavam cães em sua direção enquanto a chamavam de terrorista aos gritos, fazendo com que nos animais ficassem irritados (AH [...], 2019, on-line).

Durante anos, as torturas psicológicas e físicas eram feitas sem nenhuma punição a quem as praticava, a ponto de ser criada, em 1979, a Lei da Anistia pelo presidente João Batista Figueiredo. Conforme Westin (2019), essa lei dava anistia tanto aos militares torturadores como aos que se rebelaram contra o governo e foram exilados ou que fizeram discursos contra os militares.

Foram tantos os crimes durante a Ditadura Militar sem nenhuma punição aos que praticavam, que foi necessário criar, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), para julgar juridicamente os responsáveis. No volume I da CNV, é possível encontrar relatos sobre o terror psicológico:

[...] Importante expressão da tortura psicológica se dava com o uso de ameaças à familiares e amigos – inclusive mulheres grávidas e filhos crianças – ou, ainda, torturar familiares e amigos na frente do suplicando, para que este sentisse culpa pela ação dos torturadores e pelo sofrimento daqueles que lhe eram queridos (Brasil, 2014, p. 378).

Um dos depoimentos, entre diversos, mais co-moventes no relatório da Comissão Nacional da verdade é o da Izabel Fávero:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era ‘puta’, ‘menina decente, olha para a sua cara,

com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta', enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não, eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim (Brasil, 2014, p. 400).

A abertura política foi lenta entre 1978 e 1985, começando pelo presidente Geisel, que possuiu o mandato de 1974 a 1979, indo até Figueiredo, de 1979 a 1985, já que os militares não queriam devolver o país para as mãos de um civil. Conforme Eduardo Bueno (2012), o povo ficou impedido de fazer qualquer manifestação contra os generais por mais de dez anos. Somente em 1984 o povo finalmente foi para as ruas protestar pedindo as eleições, as *Diretas Já*, que resultou nas eleições indiretas, sendo eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, Tancredo Neves.

Infelizmente, a tortura só foi considerada crime na Constituição Federal de 1988, onde diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (Brasil, 1988, Art. 5).

Hoje, o Brasil vive em um regime democrático apoiado pela Constituição, a Ditadura é repudiada e a tortura considerada como crime hediondo, tendo a favor da mulher uma lei que a protege de

torturas físicas e psicológicas, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Maria da Penha, que protege não somente a mulher que sofre agressões fora de casa, mas também de cônjuges.

METODOLOGIA

Ao iniciar essa pesquisa, foi optado para que ela fosse de modo exploratório devido ao levantamento de materiais, como artigos científicos, assim como documentos jurídicos, contemplando a Constituição Brasileira de 1988 por trazer as leis que dizem respeito ao uso de tortura ser considerado crime e os da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criado em 2011, pela, então, presidente Dilma Rousseff para apurar as violações de direitos humanos e os crimes cometidos entre as décadas de 1940 a 1980.

Ao lermos os primeiros relatórios da CNV, notamos a fundamentação de sua criação, que foi assegurar:

[...] o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos (Brasil, 2014, p. 20).

Para garantir a forma qualitativa e explicativa, também foi optado por referências bibliográficas dos quais foram fundamentais para a escolha do tema em relação às mulheres na Ditadura Militar no Brasil, como o caso do livro *Brasil nunca mais*, de Dom Frei Paulo Evaristo Arns, escrito em 1985, nas suas páginas, lemos diversos depoimentos de pessoas que foram torturadas nas mãos dos militares, pois, de acordo com o autor “[...] a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, a condição de ‘método cientí-

fico', incluído em currículos de formação de militares" (Arns, 1985, p. 32), e o livro do jornalista Eduardo Bueno (2012) *Brasil uma história: cinco séculos de um país em construção*, nele, o autor traz detalhes dos movimentos de revolta e musicais no período da Ditadura Militar.

Ao nos depararmos com os depoimentos do livro *Brasil nunca mais*, é visto de forma alarmante a violência cometida contra as mulheres, grupo de gênero que foi fortemente perseguido em diversos momentos históricos, como a Inquisição, em que é visto que o grande alvo da igreja eram as bruxas, que na verdade eram parteiras, viúvas ou que plantavam ervas medicinais, entre outras, e também ao longo de nossa história, como na luta pela sua emancipação, pois apesar da linha temporal serem distintas, Carr (1982 *apud* Luca 2020, p. 23) diz que a história "se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, é impossível olhar para nosso passado político e dizer que os direitos e o respeito com as mulheres sempre existiram, pois a Ditadura Militar foi de fato a prova que, grupos minoritários não possuem os mesmos direitos que todos, apesarem de toda sociedade possuir uma constituição que garante não só os direitos, como também deveres assegurados por lei.

Esse momento histórico do qual o Brasil passou deixou marcas não só na vida das pessoas envolvidas, mas também nos próprios livros de história, já que "parte do que somos, do que poderíamos ser e do que jamais seremos está ligada à herança do regime militar no Brasil." (Nunomura, 2014).

Em nossa sociedade, vemos os resquícios do patriarcado medieval, onde a mulher ainda é

considerada como um ser que não deveria estar no meio político na busca por direitos iguais, uma das premissas das lutas dos movimentos feministas atualmente, pois, conforme Balbinotti (2018, p. 244) "às mulheres era reservado um lugar de menor destaque. Seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada", algo que é visto em muitas culturas.

Em diversos países, vemos sistemas contra a permanência da mulher na política e desrespeitada por pertencer a movimentos sindicais, partidários ou/e sociais, onde não podemos esquecer que não só nesses meios a mulher tende a ser perseguida, pois em alguns países, além de não terem o direito eleitoral, são impedidas de estudar e até de expor seus rostos nas ruas.

Mediante a isso, percebemos como o Brasil, apesar de ter um sistema democrático e que as mulheres são livres para serem e estarem onde quiserem, é carente de políticas públicas fiscalizadas seriamente por nossos representantes, a criação de leis mais firmes junto de trabalhos sociais e, acima de tudo, conscientização do voto, já que, a situação do país não está somente nas mãos dos eleitos, mas da sociedade em si, pois eles são nossos reflexos no momento que normalizamos agressividades, pois, conforme Fraga (2014, p. 114) o golpe de 1964 não se deu só por mãos militares, mas os civis apoiaram e:

[...] participaram administrativamente do regime e até financiaram a criação de órgãos para perseguir, torturar e matar todos aqueles que fossem considerados inimigos. Um desses grupos foi o do empresariado, formado sobretudo por industriais, comerciantes e grandes fazendeiros. Dessa forma, não seria apropriado responsabilizar única e exclusivamente os militares pelas ações desenvolvidas durante os 21 anos em que permaneceram no poder, incluindo a violação dos direitos humanos.



A MULHER TEVE GRANDE PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE, ORA APOIANDO, ORA SE CONTRAPONDO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS DE CADA ÉPOCA, NO CASO DESTES ARTIGOS, DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA, MESMO SENDO ABAFADA PELO SISTEMA PATRIARCAL VISTO EM TODAS AS CIVILIZAÇÕES

Um exemplo de político brasileiro, eleito de forma democrática, em 2018, e que mesmo assim tende a atacar a democracia, é o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que sempre está envolvido com falas cruéis diretamente ligado a mulheres e elogiando a Ditadura, pois enquanto ele era deputado federal e votou no impeachment, em 2015, da presidente Dilma Rousseff, ele homenageou o coronel torturador e chefe do DOI-Codi, Carlos Brilhante Ustra tendo “[...] convicção de que torturas, desaparecimentos e mortes nada significaram” (Colling; Cavalcanti Junior, 2014, p. 114).

A partir disso, vemos que, ao invés dos nossos representantes fazerem da Ditadura uma memória do que não deve ser tomado com bom exemplo de regime e acolher as vítimas torturadas, eles usam do seu direito de fala dentro do parlamento para não só fazer valer seu propósito, mas espalhar ódio, reafirmando que:

A Ditadura Militar ainda está a doer nas entranhas históricas brasileiras. Por não ter sido revisitada por uma crítica nacional, ela continua a assombrar a todos nós. A anistia ampla e irrestrita anistiou a todos – torturados e torturadores. As relações de gênero, a desigualdade entre os sexos, presente naquele período continuam alarmantes nos dias de hoje. Além da disparidade na política, a violência contra a mulher coloca a nu o poder de uns sobre outras. (Colling; Cavalcanti Junior, 2014, p. 50).

Como podemos observar, é necessário buscarmos conhecimento em fontes confiáveis, principalmente ao trabalharmos esses temas em salas de aula, compreender que, ao levarmos assuntos, como o da Ditadura Cívico-Militar ao debate, é necessário que se trabalhe o senso crítico do aluno, para que ele busque quais foram os motivos que levaram a sociedade a praticar esse perfil de interação social no exercício do poder político, levando os jovens a compreenderem a sua participação na construção da história e de seu passado.

Ao abordar as mulheres diante a face da Ditadura, foi visto que, em diversos momentos, a mulher teve grande participação na construção da sociedade, ora apoiando, ora se contrapondo às circunstâncias políticas de cada época, no caso deste artigo, durante a Ditadura Militar brasileira, mesmo sendo abafada pelo sistema patriarcal visto em todas as civilizações que segue desde a História Antiga até a História Contemporânea, necessitando romper esses tabus e mostrar que grupos considerados minoritários ou classificados por gênero merecem e tem o direito de serem ouvidos e respeitados.

REFERÊNCIAS

AH – AVENTURAS NA HISTÓRIA. 5 mulheres que foram torturadas pela Ditadura Militar brasileira. **Aventuras na História**, São Paulo, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/apavorante-historia-de-5-mulheres-torturadas-pela-ditadura-militar-que-sobrevive-ram-para-contar-verdade.phtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ARNS, P. E. **Brasil nunca mais**. São Paulo: Vozes, 1985.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, Florianópolis, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BEZERRA, J. Dilma Rousseff. **Toda matéria**, Matosinhos/PT, 2023. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dilma-rousseff/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BORGES, H. 1968: mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/1968-mulheres-que-lutaram-contra-ditadura-contra-machismo-22759477>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. Brasília: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.

BUENO, E. **Brasil uma história**: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya Brasil, 2012.

COLLING, A. M.; CAVALCANTI JUNIOR, A. A. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **Revista Espacialidades**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 47-61, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186>. Acesso em: 7 ago. 2024.

COSTA, M. P de. O passado ainda é presente: cultura política e memória no Brasil. **Revista Escuta**, [s. l.], jun. 2018. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2018/06/28/o-passado-ainda-e-presente-cultura-politica-e-memoria-no-brasil/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ELISE, J.; VESPA, T. Elas são torturadas: as dores das mulheres brutalizadas na ditadura permanecem em seus corpos e alma. Comemorar o quê? **Universa Uol**, São Paulo, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/vitimas-da-ditadura/#cover>. Acesso em: 7 ago. 2024.

FALCI, B. Torre das donzelas: a história, a memória e o cinema. **Jornalistas Livres**, [s. l.], 2 dez. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/torre-das-donzelas-a-historia-a-memoria-e-o-cinema/#:~:text=%E2%80%9CTorre%20das%20Donzelas%E2%80%9D%20%C3%A9%20o,por%20mais%20de%20tr%C3%AAs%20anos>. Acesso em: 7 ago. 2024.

FRAGA, A. B. As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): de “revolução” a golpe civil-militar de 1964. **Revista Enfoques**, Rio De Janeiro, v. 13, n. 2, p. 100-131, 2014.

G1. Jornais mostram detalhes de tortura sofrida por Dilma em Minas. **G1**, Brasília, 18 jun. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/jornais-mostram-detalhes-de-tortura-sofrida-por-dilma-em-minas.html>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LUCA, T. R de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2022.

NUNOMURA, E. Marcas profundas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, edição 218, abr. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/marcas-profundas/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

PEREIRA, K. A luta das mulheres na Ditadura Militar e a urgência de rechaçar o feminismo liberal hoje. **Esquerda on-line**, [s. l.], 30 mar. 2019. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2019/03/30/luta-das-mulheres-na-ditadura-militar-e-a-urgencia-de-rechacar-o-feminismo-liberal-hoje/?doing_wp_cron=1662084705.7021439075469970703125. Acesso em: 6 ago. 2024.

PINTO, T. dos S. O que é Ditadura Militar? **Brasil Escola**, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SILVA, J. W. **O cale-se da MPB na Ditadura Militar no Brasil**. Canoas: Uniasselvi, 2022.

TELES, M. A. de A. O protagonismo de mulheres na luta contra a Ditadura Militar.

Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TOMAZONI, L. A mulher na Ditadura Militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cad. Esc. Dir. Rel. Int. (UniBrasil)**, Curitiba, v. 3, n. 26, p. 56-65, v dez. 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/download/3053/2623/#:~:text=Os%20objetivos%20fundamentais%20do%20agressor,MEDEIROS%3B%20HEES%2C%202004>). Acesso em: 7 ago. 2024.

WESTIN, R. Há 40 anos, lei da anistia preparou o caminho para o fim da ditadura. **Senado Notícias, Brasília**, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 7 ago. 2024.



CAROLINE APARECIDA GUEBERT¹

O Processo de Panteonização de Joséphine Baker na França: Ativismos e Memória Histórica (2013-2023)

*The process of pantheonization of Joséphine Baker: activism and historical
memory (2013-2023)*

ARTIGO 5

45-56

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, carolineap.guebert@gmail.com.

RESUMO: Este artigo propõe uma breve análise acerca do processo de panteonização da artista Joséphine Baker (1906-1975), que culminou na entrada dos seus despojos no Panteão Nacional Francês, em novembro de 2021, na cidade de Paris, quase cinco décadas depois do seu falecimento. Sob a perspectiva teórica da transmissão cultural da memória em formas de ativismo digital, a metodologia utilizada foi uma etnografia do evento e do espaço do Panteão. Reflete-se sobre transformações que ocorreram no campo da memória e do patrimônio na segunda metade do século XX, que estão articuladas a demandas públicas feministas, antirracistas e anticolonialistas que reconfiguraram profundamente a ideia de nação e as funções das instituições responsáveis pela memória histórica nacional. O caso de Baker permite situar tais mudanças nas primeiras décadas do século XXI, compreendendo-o como produto e produtor de disputas, em meio às relações entre *traveling memories*, políticas culturais e mídias.

Palavras-chave: Memória histórica. Joséphine Baker. Panteão da França. Ativismos. Mídias.

ABSTRACT: This article proposes a brief analysis of the process of pantheonization of the artist Joséphine Baker (1906-1975), which culminated in the entry of her remains into the French National Pantheon in November 2021, in the city of Paris, almost five decades after her death. From the theoretical perspective of the cultural transmission of memory based on forms of digital activism, the methodology used here was an ethnography of the event and the space of the Pantheon. We reflect on the transformations that took place in the field of memory and cultural heritage in the second half of the 20th century, which are linked to feminist, anti-racist and anti-colonialist public demands that have profoundly reconfigured the idea of the nation and the functions of the institutions responsible for national historical memory. Baker's case allows us to situate these changes in the first decades of the 21st century, understanding him as a product and producer of disputes, in the midst of relations between *traveling memories*, cultural politics and the media.

Keywords: History and memory. Joséphine Baker. Pantheon of France. Activisms. Media.

INTRODUÇÃO

No século XXI, em meio à efervescência de batalhas memoriais que, no bojo dos Direitos Humanos, são evocadas por grupos diversos que clamam por justiça e reparação, a artista franco-americana Joséphine Baker (Saint Louis, 1906 – Paris, 1975), ao longo do tempo e do espaço se transformou num símbolo multifacetado, capaz de capturar atenção pública, energizar ativismos, despertar emoções e sintetizar significados políticos (Assmann; Shortt, 2011; Alvarez, 2022).

O pedido oficial de panteonização para o Estado francês foi iniciado pela família de Joséphine Baker, em 2013. Segundo Guesdon (2021), após trâmites burocráticos internos, em 2019, foi aberta uma petição on-line, no site Change.org, que reuniu mais de 37 mil assinaturas até agosto de 2021 (37.805), ou seja, tornou-se uma campanha com engajamento público, que permite pensar a memória como um campo de disputa, mas também como uma dimensão dos ativismos e dos imaginários feministas e antirracistas globais, que têm circulado tanto on-line como off-line.

Tendo isso em vista, este artigo propõe uma análise introdutória acerca do processo de panteonização de Joséphine Baker, que culminou na entrada dos restos mortais da artista no Panteão Nacional Francês, em novembro de 2021, na cidade de Paris, quase cinco décadas depois do seu falecimento¹. Tal acontecimento integra a conjuntura de emergência de uma nova geração de ativismos globais, cuja linguagem – litigiosa – articula repertórios feministas e antirracistas, que são in-

terdependentes de múltiplos processos de tradução cultural e apropriação política.

O Panteão remete ao templo sagrado, consagrado aos deuses na antiguidade greco-romana, que, na modernidade, foi apropriado para construir monumentos civis, que passaram a guardar, sob proteção estatal e militar, os restos mortais dos “grandes homens” da nação. Na França, construído na segunda metade do século XVIII², esse mausoléu não foi feito, a princípio, para guardar a memória de desaparecidos, exterminados ou anônimos³. Tendo em vista que na conjuntura da justiça de transição a figura coletiva da vítima e a pauta dos Direitos Humanos ganharam importância central e crescente no debate público e no campo da memória (Assmann; Shortt, 2011), o Panteão não passou imune às transformações nas práticas memoriais.

Uma das principais ideias levantadas ao longo do processo da panteonização de Baker foi justamente o dos limites do “regime da memória celebrativa”, que não mais é capaz de se sustentar somente no modelo épico positivista e nacionalista, que foi predominante no século XIX e boa parte do XX, uma vez que a sociedade civil passou sistematicamente a reclamar o perigo do histórico silenciamento, apagamento e invisibilização públicos das violações de direitos e da violência enfrentadas por mulheres, negros (e outras minorias) que aí reside. Perceber essa “virada memorial”, no entanto, não significa que aquele tipo de memória tenha desaparecido. Embora tenha perdido força em termos de legitimidade pública, ela continuou existindo e se multiplicando em certos espaços sociais e virtuais. A proposta memorial

1 Na ocasião, eu estava morando em Paris, na posição de estudante de Doutorado Sanduíche no Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine (IHEAL), junto ao Centre de Recherche et Documentation sur les Amériques (CREDA) - Sorbonne Nouvelle Paris III, para pesquisar o movimento França Livre (resistência francesa gaullista durante a Segunda Guerra Mundial) entre França e Brasil, que resultou em dois capítulos da minha tese de Doutorado, intitulada: “Bandeira da França no Sol do Brasil: trajetória e memória de Béatrix Reynal (1910-1960) (2023).

2 O Edifício, encomendado pelo rei Luís XV, como uma igreja da Santa Genoveva (padroeira de Paris), foi laicizado pela Revolução Francesa e direcionado à construção da memória republicana, não à toa, abrigando filósofos iluministas (informação extraída da visita etnográfica ao Panteão, em Paris, em setembro de 2021).

3 Com exceção de Jean Moulin (panteizado somente em memória, pois seu corpo nunca foi reencontrado) e das listas de nomes para as quais há homenagens escritas no templo, por exemplo, “aos mortos pela França”.

que uma visita ao Panteão em Paris proporciona atualmente serve de indício do encontro entre ativismos contemporâneos e a descontínua e longa crise do ‘nacional’ como fundamento da cultura histórica. Essa dissolução se interliga na dimensão do imaginário social mais amplo acerca da história e à profusão de movimentos sociais e de críticas que rejeitaram ou reelaboraram marcos e mitos do passado, mediante o esvaziamento da ideia pactual de que as comunidades possuem um mesmo passado nacional compartilhado. Se esse pacto era feito com base na exclusão aberta de certos personagens e passados (de modo que cada adição gerava novas exclusões), os testemunhos das guerras, ditaduras e demais episódios de violações de direitos foram sendo incorporados às histórias nacionais, juntamente à dificuldade em narrar esses traumas e as desigualdades e diferenças intranacionais pelas técnicas usuais, que, em conjunto, alteraram profundamente a percepção pública sobre o passado (Ávila, 2021).

JUSTIFICATIVA

A partir da tese de Doutorado da presente autora (Guebert, 2023), que fez um estudo da trajetória e das redes de Béatrix Reynal (Arles, 1892 – Rio de Janeiro, 1990), franco-uruguaia radicada no Brasil durante a maior parte do século XX, foi uma das principais militantes da França Livre no país e interlocutora e amiga de Joséphine Baker nos trópicos⁴.

Joséphine Baker veio de uma origem familiar periférica tanto em termos de classe quanto de localização geográfica. Sua situação

4 Poeta, salonista e colecionadora de arte moderna, no Rio de Janeiro, Beatrix Reynal recebeu Joséphine Baker nos anos 1930 e 1940 na sua casa-salão na capital brasileira. Ela atuou como mediadora cultural e protagonizou a formação de redes tranatlânticas de intelectuais e artistas. Ambas receberam medalhas e honrarias militares em função das suas respectivas participações na Resistência Francesa Gaullista, porém, Beatrix Reynal, diferente de Baker, permaneceu praticamente desconhecida na França e foi pouco estudada pela historiografia dos dois países.

e posição social eram acentuadas por marcadores hierárquicos étnico-raciais prevalentes no século passado, com características específicas da sociedade americana sob um regime de segregação racial que persistiu nas leis até pelo menos o final dos anos 1960. A questão do ativismo digital ou ciberativismo pela memória é fundamental para compreender a articulação entre gênero, política e memória na atualidade (Sodaro, 2019). Dialogando com Alvarez (2022) e Landsberg (2004), esse tipo de dinâmica estende o tempo e o espaço do calendário e dos ritos memoriais, por meio de engajamento massivo on-line e off-line, que se retroalimentam transmidiaticamente.

Falar em memória transmidiática é destacar um emaranhamento entre os eventos-rituais, como a consulta pública e a cerimônia no Panteão e suas inúmeras reverberações que criam “constelações performáticas”, compostas por um “agora estendido”, por meio de continuada circulação e encenação pelas redes sociais. Essa faceta se destaca na forma como o evento foi transmitido simultaneamente para os internautas pelo canal do YouTube do Presidente da República francesa, Emmanuel Macron, que estava no penúltimo ano de seu primeiro mandato e foi o responsável pelo discurso da cerimônia.⁵

A arquitetura e a lógica do Panteão têm sido objeto de uma aposta na proliferação de sentidos e de públicos, “reproduzida, estendida dramaticamente no tempo e no espaço, por imagens mediatizadas tanto nas redes como

5 Um vídeo da cerimônia foi postado no canal de youtube do Presidente Emmanuel Macron, com a seguinte legenda, adaptada a partir do discurso solene proferido na ocasião: “Há 84 anos, em 30 de novembro de 1937, Joséphine Baker tornou-se oficialmente cidadã francesa. Joséphine Baker encarnou uma certa ideia do Homem e lutou pela liberdade de cada indivíduo. A sua causa era o universalismo, a unidade do gênero humano, a igualdade de todos perante a identidade de cada um. Era disso que se tratava para Joséphine. Uma luta por uma França livre. Sem cálculos. Sem busca de glória. Dedicada aos nossos ideais. Entra no nosso Panteão porque amou a França e mostrou-lhe um caminho que era verdadeiramente o seu, mas que ela, no entanto, duvidava. A minha França é Joséphine” (<https://www.youtube.com/watch?v=PhxYJ2uxA1s>).

na mídia convencional” (Alvarez, 2022, p. 112). Não se trata, portanto, de um fenômeno que apenas se situa na França – mas, sim, um caso transversal à era dos protestos massivos que se pautam por imaginários que viajam globalmente, transformando-se pelo caminho e atuando como oportunidades políticas.

A tarefa ingrata de celebrar histórias que abrigam e denunciam a desigualdade sexual e racial estruturais implica legitimar, ao menos em parte, “visões antipatriarcais oriundas de diferentes mundos [...] vivenciados pela raça, sexualidade, identidade de gênero, etnicidade e assim por diante” (Alvarez, 2022, p. 104-105), cujas ambiguidades marcam tanto os entusiasmos favoráveis quanto as críticas ferrenhas aos atos de panteonização, vistos por algumas ativistas como conquista e por outras como derrota.

[...] para entendermos a efervescência global do protesto em tempos recentes, podemos sugerir que a conjunção dessas crises também mostrou os limites das políticas promovidas pelo multiculturalismo neoliberal e a “perspectiva de gênero” dos anos 1990 e 2000. [...] a nova geração não vê mais as desigualdades como algo que pode ser remediado com o tempo [...] [há um] desencanto generalizado com as promessas de democracia e igualdade (Alvarez, 2022, p. 103).

O acontecimento da eleição de Baker ao Panteão se deu, afinal, em meio a uma conjuntura de crises sanitárias, socioambientais, climáticas, dos direitos humanos, da institucionalidade democrática em vários pontos de globo, que estão profundamente interligadas entre si e que se reforçam mutuamente, produzindo uma relação própria com o tempo e, portanto, costuras entre passado, presente e futuro.

METODOLOGIA

Metodologicamente, realizou-se uma etnografia do evento in loco, bem como do espaço do Panteão em si, atentando-se para as formas de comunicação e de divulgação, entre elas, a imprensa francesa e internacional, considerando que a produção do relato etnográfico, cruzada com a leitura crítica da imprensa como fonte histórica, servem de ferramentas de análise, embasada na perspectiva teórica das *travelling memories* (memórias que circulam) (Erl, 2011) pelas mídias, especialmente digitais. Assim, torna-se possível historicizar as temporalidades complexas que se encontram imbricadas no processo de panteonização, tanto do ponto de vista das feridas do passado que se mostram particularmente abertas e atuantes no presente, quanto do ponto de vista simbólico, das tentativas de ressignificar as funções sociais da memória histórica por parte do Estado e por parte da sociedade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, ressalta-se que uma consulta popular foi pré-requisito para a panteonização, medida que vem sendo adotada para quaisquer eleições ao lugar de descanso dos “imortais” da pátria. O acontecimento se situa num quadro mais amplo de mudanças na instituição emblemática da memória nacional (francesa, em particular) e republicana (em geral). Mesmo tendo sido capitaneada pela família de Joséphine e pelo Estado⁶, a longo prazo, a panteonização dela diz respeito às questões históricas e memoriais prévias, em mé-

6 “Jean-Claude Bouillon-Baker acredita que a discussão tem levantado ‘erros’ sobre a vida de sua mãe, como o suposto relacionamento romântico dela com Colette. E isso é importante porque a família pode bloquear o processo: em 2009, o filho de Albert Camus recusou a proposta de Nicolas Sarkozy de transferir as cinzas de seu pai para o Panteão, lida como uma “interpretação equivocada” sobre a vida do autor de *O Homem Rebelde*” (Favennec, 2021, p. 1, trad. livre).

dia e longa duração mais amplas⁷. Apesar de a origem da proposta ser comumente atribuída ao escritor Régis Debray, que publicou em dezembro de 2013, em sua coluna no *Le Monde*, o texto denominado *E se Joséphine Baker entrasse no Panteão* (Favenne, 2021), e dos esforços da família da artista em levar a ideia a diante, o processo se consolidou por meio da votação pública e de provocações sociais e políticas produzidas a partir dos ativismos identitários. Por exemplo, o destaque conferido à participação de Joséphine na Marcha de Washington, ao lado de Martin Luther King (nos anos 1960), já mobilizado como legitimador em 2013.

Em 2018, o filme intitulado *Joséphine Baker: première icone noire* [*Joséphine Baker: a primeira celebridade negra* (trad. livre)] cujo subtítulo da versão em inglês escolhido foi *The Story of an Awakening* [*a história de um despertar* (trad. livre)], dirigido pela cineasta Ilana Navaro (nascida em Istambul, Turquia), que também se engajou em torno da memória histórica de outras mulheres, como a advogada, ativista feminista e ensaísta franco-tunisina Gisèle Halimi (1927-2020)⁸, pode ser apontado como uma mídia e um suporte fundamentais na transmissão cultural da memória da Joséphine heroína, que consolidou a narrativa, que se atualizou e alcançou novas audiências ou públicos por meio da cerimônia de 2021, que apostou numa tensão simbólica entre um retrato dos EUA, onde Baker nasceu e cresceu, marcado pelo seu passado de segregação racial, e da França, retratada, por sua vez, por um passado cultural tido como mais liberal e supostamente igualitário. No filme, contudo, uma das especialistas entrevistadas adverte sobre os racismos no plural, dessas diferentes sociedades, ambas com racismos internos, expressos e estruturados cada qual a seu modo, com os quais Baker teve que lidar.

7 Diversas lutas se entrelaçam, entrecruzam-se, tanto no campo feminista quanto no da memória, pois os feminismos hoje ocupam amplo leque de espaços políticos, culturais, econômicos e sociais, que se estendem muito além das organizações e redes autodefinidas como feministas e de mulheres. Estão, nos movimentos estudantis, antiextrativistas, negros e indígenas, urbanos e rurais, entre outros, também se fazem presentes nas formas de rememoração, especialmente das conjunturas da justiça de transição, nas quais as manifestações feministas e antirracistas tem lugar de destaque e a antecede temporalmente com a abrangência das lutas sociais no campo feminista (Alvarez, 2022, p. 100).

8 Gisèle Halimi foi cotada pela imprensa, em 2022, como uma das possíveis futuras eleitas ao Panteão francês, tema que tem sido bastante caro na produção de Ilana Navaro nos últimos anos. O jornal *Le Monde* publicou uma entrevista com a cineasta sobre o tema: *Hoje, em França, fala-se em panteonizar Gisèle Halimi, mas é difícil porque ela esteve muito envolvida na luta anticolonial e na defesa da FLN nos anos 50* (<https://www.youtube.com/watch?v=3piXjQ74roQ>). Ilana Navaro seguiu os passos da lendária advogada desde o bairro operário de La Goulette até aos tribunais de Tunes, Argel e Paris. O livro *Gisèle Halimi. La fauteuse de troubles*, baseado em entrevistas concedidas na *France Culture*, é publicado pela *Équateurs* (<https://www.youtube.com/watch?v=3piXjQ74roQ>).

Figura 1 – Cartazes do filme dirigido por Navaro em inglês e em francês



Fonte: https://www.imdb.com/title/tt9406402/mediaviewer/rm3657655296/?ref_=tt_ov_i; https://miami.consulfrance.org/local/cache-vignettes/L350xH497/affiche-english_-_copie-2-9a697.jpg?1714474787. Acesso em: 8 ago. 2024.

Além da boa recepção crítica do filme no campo do cinema, que levaram a premiações diversas na França e em outros países onde foi exibido, a pesquisa do filme culminou em novas articulações entre especialistas na trajetória de vida da artista dos EUA e da França, ajudando no levantamento em curso e na remasterização de vídeos, músicas e outros documentos históricos que serviram para reforçar o dossiê e a sua publicização em na dimensão audiovisual.

Passados três anos, em novembro de 2021, a narrativa sobre a Joséphine, mulher singular, também foi reforçada pela alusão, ora mais velada ora mais explícita, que era capaz de se fazer aos eventos e protestos recentes, em torno de questões sociais e políticas que ela enfrentou durante sua vida e que ainda pulsam nos principais conflitos e desafios presentes. Atente-se, nesse sentido, que:

Houve um novo e intenso surto, por assim dizer, nos Estados Unidos e em 74 outros países contra a violência do Estado que sustenta o racismo estrutural, na chamada Primavera Negra de 2020, por exemplo. Nos EUA, quatro diferentes sondagens nacionais apontaram que entre 15 e 26 milhões de pessoas participaram de algum protesto contra a morte de George Floyd e outros afro-americanos brutalmente assassinados pela polícia (Alvarez, 2022, p. 103).

Indício disso foram as combinações entre hashtags (#), em escala de milhões de posts nas redes sociais, nas quais a # da panteonização de Joséphine Baker, que chegou aos *trend topics* do twitter na França, foi combinada com os *#black lives matter*, *#girl power* ou mesmo com os chamados

para a próxima #8M (em alusão à Greve Feminista Internacional, que têm levado à repoliticização do 8 de março em todo o globo), entre outras. No dia 22 de agosto de 2021, ocorreu o anúncio oficial em diversos jornais pelo mundo.

A transmissão cultural multimidiática ressaltou sem parar que se tratava de um marco feminista e antiracista: Joséphine é a “sexta mulher e a primeira mulher negra do Panteão”, quatro, dentre 80 personalidades que lá se encontravam, contabilizando, com ela, três negras e 12 estrangeiras, sendo Baker a única não europeia. Abriu-se para discussão novas petições para que outras pessoas, como a revolucionária Olympe de Gouge (redatora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1789), a resistente Lucie Aubrac e/ou a advogada e militante feminista Gisèle Halim também possam ser eleitas ao Panteão.

Eu, enquanto estudante latino-americana, pela primeira vez em Paris, acompanhei essas movimentações paralelamente a decretos que me afetavam diretamente, como o de fim de setembro (Décret n° 2021-1215 du 22 septembre 2021 – Decreto n° 2021-1215 de 22 de setembro de 2021 – medidas gerais necessárias à gestão da saída da crise sanitária), que liberou a vacinação para imigrantes que estavam em situação irregular do passe sanitário, o que implicou que pudessem circular nos ambientes fechados da cidade. Paris vivenciava um contexto desigual de acesso às medidas sanitárias e de preocupação com as novas variantes do coronavírus, o que não impediu que a cerimônia panteizadora acontecesse na última semana de novembro de 2021, muito menos que uma multidão se reunisse nas ruas para participar dela, com máscaras, em respeito ao decoro exigido, sobretudo pela transmissão televisiva (não raro, as pessoas tiravam as máscaras quando sabiam que não estavam sendo filmadas).

No 5º *Arrondissement de Paris*, num outono frio, amontoaram-se transeuntes dos dois lados da avenida, no centro, foi disposto o caixão coberto pela bandeira francesa. O corpo de Joséphine Baker,

que havia sido enterrado em Mônaco, com honras militares e uma multidão chorosa, em 1975, agora estava literalmente sob um longo tapete vermelho. Havia drones, câmeras profissionais e celulares nas mãos para todos os lados, entre muitas luzes projetadas no chão e nos edifícios. Telões foram montados nas esquinas das cinco quadras por onde se estende o cortejo fúnebre, que culmina nas portas do Panteão. Após a música de abertura, a voz da narradora se soma aos efeitos sonoros de avião e de tiros, intermediados por trechos de documentos históricos. O caixão é carregado por seis homens e escoltado por duas mulheres, todos militares, com pausas performáticas. O percurso ensaiado remete aos marcos biográficos de uma estadunidense que “escolheu morar na França pelos seus ideais”.

Há uma divisão notadamente em alguns pontos: 1) a fuga de Joséphine da segregação racial nos EUA e o sucesso obtido ainda jovem no campo artístico francês nos anos loucos (espetáculo, teatro de revista e cinema); 2) a Segunda Guerra Mundial como ponto de inflexão – momento em que um grupo canta à capela a canção *Motivés, le chant des partisans* e, depois, abre-se para o corpo passar; 3) o pós-guerra, como período de engajamento dela pelos direitos civis contra o racismo e a favor da fraternidade das nações; 4) Joséphine mãe – representada por um coro de crianças e intérpretes de Libras que performam a canção *Mes enfants (Minhas crianças)*, destaca a maternidade e a prática da adoção, que ela realizou como projeto até o final da vida; 5) Por fim, alcança-se a terra da memória, da sagração, com um minuto de silêncio, quando apagam-se todas as luzes, a não ser sobre o caixão tricolor.

Nessa última etapa, produz-se o clímax afetivo da cerimônia, com a projeção de um filme que reforça o senso humanista da homenageada (e, por extensão, dos que a homenageiam e se identificam), na faixa da dianteira do Panteão. Observe-se, na foto a seguir, o momento da cerimônia em que se projetou a frase *O Mundo inteiro vos saúda* no edifício:

Figura 2 – Registro da cerimônia televisionada da panteonização de Joséphine Baker



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PhxYJ2uxA1s>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Simbolizando o longo caminho à glória “eterna” (e o acúmulo de capitais que a legitima), mas também dos valores pátrios, o repertório é tradicional (igualdade; universalismo; fraternidade; liberdade; resistência; engajamento) e o ritual faz Joséphine Baker incorporar a França da Revolução, da circulação transatlântica das ideias liberais (dos manuais escolares). A cronologia quántupla do cortejo foi ressaltada pelo discurso do Presidente, cuja primeira expressão a definiu como heroína de guerra.

A questão é que essa memória, em alguma medida, é forçada a lidar com a crise dos mesmos valores que ela encarna, seja admitida com relação a momentos específicos (caso da guerra, por exemplo) ou como característica estrutural de exclusão social (do imperialismo), tópicos cadentes no debate público francês do Pós-Segunda Guerra Mundial. A memória panteizada de Joséphine Baker, do ponto de vista do conjunto mais amplo das políticas de memória tomadas pela gestão de Macron, pode ser

vista como indício de tentativas de atualização e negociação, pela atribuição de um sentido de complementaridade histórica às chaves inicialmente opostas (a das vítimas e a dos heróis) da celebração e a da denúncia. Há um esforço consciente e pedagógico em fazer isso pela via das pautas identitárias e não sem conflito, por intermediação da categoria de nação.

A nação francesa, enquanto comunidade imaginada em torno de um universalismo, foi fortemente questionada, por suportes e movimentos diversos na segunda metade do século XX, que expuseram os traumas, as violações de direitos e as desigualdades internos à própria França que, por muito tempo, confrontaram a lógica fundadora de espaços como o Panteão, ao menos na dimensão em que a sua função seria a de esconder essas fissuras. Na atualidade, ao contrário, tendem a se converterem em espaços com alguma abertura (variável) para discuti-las – enquanto demandas do debate público – a fim de promover algum tipo de unidade através da diversidade.

Em 2021, o Panteão Nacional em Paris estava repleto por grandes painéis da arte de Anselm Kieffer, que durante a cerimônia também integram a cena.

Figura 3: Obras de Alsem Kieffer no Panteão francês



Fonte: a autora.

Trata-se da exposição permanente criada por esse artista plástico em parceria com a composição sonora de Pascal Dusapin⁹. A instalação *In Nomine Lucis*, marca profundamente o espaço com uma ressonância fúnebre e esférica de vozes femininas e masculinas, representando 15 mil pessoas que morreram na Primeira Guerra Mundial. Seis grandes vitrines de vidro e aço transpõem frases de um escritor francês panteizado (Genevoix), que foi morto na guerra, com a mistura de diferentes materiais, como: restos de bicicletas, concreto e arame farpado, roupas, madeira, livros queimados etc.).

⁹ Os artistas foram comissionados em 2020 para produzir trabalhos permanentes para o Panteão, depois de quase um século sem novas obras de arte lá. A temática foi a Primeira Guerra Mundial (Ropac, 2020).

Além disso, em outubro de 2021, o público via a exibição temporária das gigantes pinturas *La voie sacrée* e *Ceux de 14 – l'Armée noire – Celles de 14*, de Kieffer: paisagens severas de inverno e devastação, sobre a violência, a morte, as vítimas da guerra, que apesar de referir às trincheiras na Europa, assumem uma linguagem universalista sobre os horrores do século XX e da guerra massiva moderna. Vale ressaltar, ainda, que paralelamente, outra exposição temporária, chamada *A Abolição: mais de 200 anos de combate*, sobre o fim da pena de morte na França, reforçou a entrada da memória dos Direitos Humanos na instituição. Essas fontes permitem pensar as políticas culturais, retrospectivamente, com relação à conjuntura de crise da

memória mítica da Resistência Francesa e dos “vencedores” da Segunda Guerra Mundial, dos anos 1970 em diante, que marcou uma agenda de questionamentos e de mudanças desejadas pela juventude e que se colocaram no debate público no momento da morte de Joséphine Baker (em 1975).

Em função das forças em jogo no contexto das três últimas décadas do século XX, existiu uma forte recusa aos monumentos nacionais-estatais por parte de diversos grupos de ativistas. A panteonização de Baker (símbolo feminista e antirracista) nos anos 2020 evidencia como tais anseios se desdobraram no debate público e como a figura se encontra envolta, hoje, pela necessidade de atualização crítica – em curso – dos significantes do universalismo republicano de origem francês. Ela, simbolicamente, permitiu recolocar a luta pela libertação do nazismo e da segregação racial no centro de uma genealogia mais ampla pela democracia e pelos direitos humanos mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joséphine Baker fez ao menos quatro turnês artísticas no continente americano, mobilizou várias referências aos “trópicos” em seus repertórios, esteve inserida em redes transnacionais de sociabilidades e de movimentos sociais. Interessa-me, em futuros trabalhos, analisar a construção da sua memória numa longa duração e em escala transcontinental, considerando condicionantes de gênero e usos políticos do passado, em especial como isso se deu em circuitos de ativismos feministas e antirracistas sul-americanos. Desse modo, compreendo que a memória dessa artista de dupla cidadania (estadunidense e francesa) oferece um ponto de vista interessante, para o qual as notas aqui apresentadas acerca da panteonização servem de ponto de partida, pois apesar do enfoque

inicial ser um evento europeu, várias pesquisas podem se deslocar para as trocas entre diferentes culturas políticas, tanto no sentido rumo à América do Sul quanto e, principalmente, da América do Sul rumo à França.

Assim como a estátua de Joana D’Arc (próxima ao Museu do Louvre) se faz um dos monumentos mais cotidianamente fotografados e postados nas redes sociais, a tumba cívica de Joséphine Baker, próxima a dos filósofos iluministas que a precederam, passa a ser visitada por turistas e admiradores de todo o globo. Enquanto símbolo de uma heroína transatlântica da resistência, atualizado via agendas antirracistas, antifascistas, feministas, entre outras, essas figuras ganharam mais proeminência nos meios audiovisuais, inclusive para representar o país-sede das Olimpíadas de 2024. Tal evento, que ocorre na França a partir de julho deste ano, situa-se sob tensões diversas em função de acontecimentos traumáticos do passado recente e do presente que perpassam em vários graus e níveis, a própria história da França, dos Estados Unidos e de suas ex-colônias.

Na dimensão da transmissão cultural da memória, silenciamentos, disputas e negociações entre memórias rivais perpassam desde a organização até a recepção desse tipo de evento por parte das audiências. Grandes eventos públicos televisionados e transmitidos pelas telas e *streamings* digitais, em tempo real, tocam no estado latente e potencial da memória social acerca das guerras e violações de Direitos Humanos, tendo em vista as que estão a ocorrer atualmente na Palestina e na Ucrânia, que têm captaneado diversas manifestações em prol do cessar fogo e em prol das populações violentadas. Tendo isso em vista, torna-se fundamental pensar e investigar mais de perto as relações e os efeitos desses ativismos memoriais ligados entre si pelos hiperlinks digitais e que, sem dúvida, modificaram o que se compreende nas ciências humanas como memória histórica.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. Protesto: provocações teóricas a partir dos feminismos. **Polis**, Massachusetts, v. 21, n. 61, p. 98-117, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v21n61/0718-6568-polis-21-61-128.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ASSMANN, A.; SHORTT, L. **Memory and political change**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

ÁVILA, A L. **A história no labirinto do presente**: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

DEBRAY, R. Et si Joséphine Baker entrerait au Panthéon? **Le Monde**, Paris, 16 dez. 2013. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2013/12/16/josephine-baker-au-pantheon_4335358_3232.html. Acesso em: 8 ago. 2024.

ERLL, A. Travelling memory. **Parallax**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1-18, 2011.

FRANCE. **Décret n° 2021-1215 du 22 septembre 2021**. Prescrivant les mesures générales nécessaires à la gestion de la sortie de crise sanitaire. France: République Française, 2021. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000044087688>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ROPAC, T. **Museum exhibition**: Anselm Kiefer and Pascal Dusapin. Paris: Le Panthéon, 2020. Disponível em: <https://ropac.net/news/340-anselm-kiefer-and-pascal-dusapin-create-a-permanent/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FAVENNEC, O. Joséphine Baker: de l'idée à la décision, l'histoire d'une panthéonisation. **Francebleu**, França, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.francebleu.fr/infos/societe/josephine-baker-de-l-idee-a-la-decision-l-histoire-d-une-pantheonisation-1635523538>. Acesso em: 8 ago. 2024.

GUESDON, J. Joséphine Baker será a primeira mulher negra a entrar no Panteão. **G1**, Brasília, 22 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/22/josephine-baker-sera-a-primeira-mulher-negra-a-entrar-no-panteao.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LANSDBERG, A. **Prosthetic memory**: the transformation of American memory in the age of mass culture. New York: Columbia University Press, 2004.

SODARO, A. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207-231, set./dez. 2019.



PABLO VARELA BRANCO¹

Pixinguinha em Paris: Música Brasileira, Identidade e as Influências Culturais

Pixinguinha in Paris: brazilian music, identity and cultural influences

ARTIGO 6

57-65

¹ Universidade do Minho/Portugal. E-mail para contato: pablovarela2112@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende discutir, a partir dos diálogos culturais realizados por Pixinguinha e Os Batutas quando tocaram em Paris, a respeito das influências das trocas culturais nas obras e nas próprias identidades não só da música do grupo, mas, também, da música brasileira enquanto representação da cultura nacional. Partindo de textos que apresentam a digressão do grupo e o período, discutiremos a respeito da cena parisiense da época, do encontro dos músicos com artistas de outras culturas e de como a música adquiriu traços que se amalgamaram à identidade do grupo e, conseqüentemente, à música brasileira como um todo, buscando compreender as influências da indústria cultural e a projeção cultural a partir do caso em discussão.

Palavras-chave: Pixinguinha. Cultura brasileira. Música. Identidades.

Abstract: This article intends to discuss, based on the cultural dialogues carried out by Pixinguinha and Os Batutas when they played in Paris, the influences of cultural exchanges in the work and in the very identity not only of the group's music but also of Brazilian music as a representation of the national culture. Starting from texts that present the group's tour and the period, we will discuss the Parisian scene of the time, the meeting of musicians with artists from other cultures and how music acquired traits that amalgamated with the group's identity and, consequently, with Brazilian music as a whole, seeking to understand the influences of the cultural industry and cultural projection from the case under discussion.

Keywords: Pixinguinha. Brazilian culture. Music. Identities.

INTRODUÇÃO

A discussão a respeito da importância da música, sobretudo, da chamada “música popular”, na formação do povo brasileiro, ocorre, de forma simultânea, à própria discussão da formação da cultura do país. A chegada dos europeus, de onde alguns dizem ser o início do que se pode chamar, contemporaneamente, de Brasil, marca o início do encontro que se costuma considerar, inclusive, na própria música (como na célebre *Canto das Três Raças*, de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte), com os índios e, posteriormente, com os escravos africanos, para a formação de uma nação, pretensamente, homogênea.

Para Mariz (1977, p. 25), “o povo brasileiro sempre foi musical. Os seus elementos formadores o foram em grande escala”. O autor cita os elementos ‘branco, preto e vermelho’ como elementos formadores. Ele relativiza a importância da influência indígena na formação da música brasileira, acentuando as melodias europeias associadas aos ritmos africanos e danças sensuais.

Não cabe, neste trabalho, a longa discussão a respeito da formação étnica do povo brasileiro, ou, mesmo, pensar na formação musical de um país como proveniente da maior, ou menor, participação de grupos quaisquer para a própria formação. Ao contrário, os estudos de identidade apontam para uma abertura em direção à complexidade dessa formação. No sentido dessa complexidade, é necessário considerar os sistemas simbólicos e linguagens que dão sentido às identidades (Woodward, 2000), e, no caso específico do tema em questão, falamos da música (e, mais especificamente, da arte) como sistema representativo e representante de culturas.

Por uma série de fatores, a música popular, no Brasil, atingiu um status muito maior em comparação a outras formas de arte. “[...] essencialmente, no Brasil, a música popular, desde o começo do século XX, foi tratada [...] como um símbolo identitário nacional privilegiado, um símbolo

que passou a ser discursado sob o registro da brasilidade, daquilo que nos propõe uma forma enquanto povo” (Nicolau Netto, 2009, p. 15).

Por conta dessa afirmação, e levando em conta a projeção que a música brasileira apresenta mundialmente, percebemos que tal símbolo nacional, assim como disfruta do status privilegiado que tem mundialmente, também, é usado para exercer poder.

No presente texto, propomos, a partir de textos que tratam da excursão de Pixinguinha e Os Batutas a Paris, em 1922, compreender de que forma acontecem as trocas entre elementos culturais e influências. O prestígio dos músicos, especialmente, de Pixinguinha; e a influência que tem na música brasileira reforçam a escolha: “Autor dos clássicos ‘Rosa’, ‘Sofres Porque Queres’, ‘Carinhoso’ (1917), ‘Um a zero’ (1919) e ‘Lamento’ (1928), ele mudara o curso da história da flauta brasileira e do choro, gênero que renovou e consolidou com suas concepções geniais” (Severiano, 2008, p. 87).

Neste artigo, partiremos de textos que retratam o período estudado, além de discutir a respeito da história de vida de Pixinguinha. Também, usaremos o apoio de outros textos teórico-conceituais que tratem de temas relativos ao estudo. Este artigo está vinculado à pesquisa conducente à tese de doutoramento em Estudos Culturais na Universidade do Minho.

MÚSICA, IDENTIDADE E DISCURSO

Paris era conhecida como uma importante capital cultural no início dos anos 20 do século XX. Havia grande movimentação de pessoas, elementos culturais, artistas e informações. O jazz tinha grande popularidade e tinha, como tem, ainda, um apelo pela diversidade, representada pelos diversos elementos sonoros de diferentes culturas. A ideia de transculturalidade, proposta por Welsh (1999, p. 5), embora seja mais atual, dá uma ideia da cena daquele momento:



NAQUELE PERÍODO, OS DIFERENTES BUSCAVAM UMA APROXIMAÇÃO. AS FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL APARECIAM MAIS DE FORMA DISCURSIVA, EMBORA, SUPERFICIALMENTE, O DISCURSO DOMINANTE FOSSE O DA CONVIVÊNCIA NA DIFERENÇA. COMO O PRÓPRIO JAZZ FEZ A IDENTIDADE DELE NA DIFERENÇA, ESSA IDENTIDADE SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO CONCEITO.

Cultural determinants today -from society's macro level through to individuals' micro level -have become trans-cultural. The old concept of culture misrepresents cultures' actual form, the type of their relations and even the structure of individuals' identities and lifestyles.

Na nossa época, é bem comum percebermos as trocas, em diversos níveis, de elementos de cultura, pela própria dinâmica de migração que vivemos. No período estudado, no entanto, existiam grandes diferenças. Os movimentos fascistas, na Europa, apontavam para o lado inverso do conceito, ou seja, cada vez mais, as nações procuravam o afastamento das demais em função de afirmações de identidades.

De acordo com Woodward (2000, p. 10), “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. O texto traz, ainda, um importante parâmetro de marcação da identidade: a questão da diferença. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (Woodward, 2010, p. 39). Essa marcação ocorre, segundo a autora, por meio de sistemas simbólicos de representação e formas de exclusão social. A identidade não é, então, o oposto da diferença, mas, sim, aquela que depende desta.

Naquele período, os diferentes buscavam uma aproximação. As formas de exclusão social apareciam mais de forma discursiva, embora, superficialmente, o discurso dominante fosse o da convivência na diferença. Como o próprio jazz fez a identidade dele na diferença, essa identidade se confunde com o próprio conceito.

Um dos parâmetros, para se perceber essa formação de identidade através da diferença, ou do outro, acontece através das oposições binárias. As oposições binárias podem operar de maneira negativa, ou seja, excluindo aqueles sujeitos que se posicionam no sentido de ser o diferente; e podem operar positivamente, no sentido da inclusão, como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo. No período em discussão, a cidade de Paris fazia da diferença uma forma de identidade por si, considerando a multiculturalidade como fator predominante e determinante da cena artístico-cultural.

Paris vivia a euforia do pós-guerra, não sabendo da vinda de mais um conflito. A capital francesa buscava a convivência de diversas culturas através da arte, que fazia, da noite, um verdadeiro caldeirão. “Se, atualmente, a intolerância racial e a xenofobia estão na pauta das discussões na França, no início do século XX, a capital francesa acolhia, com alegria e receptividade, o outro, o estrangeiro vindo de países distantes” (Vianna, 2018, p. 99).

No entanto, a ideia do “exótico” relativiza esse ambiente, pretensamente, transcultural da Paris desse período. O gosto pelo exótico traz consigo a ideia do “bom selvagem”, além da “aceitação” por parte da sociedade mais poderosa (no caso, França, mais especificamente, Paris, como capital do mundo que é dito “civilizado”) do outro, especialmente, elemento negro vindo de países distantes. Assim, a musicalidade do samba e de outros gêneros provenientes do outro lado do oceano é apresentada, na Europa, como uma representação dos países e das matrizes culturais “exóticas” (Vianna, 2018).

Importante frisar que não só os sons negros das Américas faziam parte dessa busca pelo dito diferente. “A decoração dos dancings, naquela altura, também, é moderna para a época, exaltando o exotismo, principalmente, do Oriente” (Vianna, 2018, p. 102). A moda, a arquitetura e os traços retos de peças publicitárias que vendem o jazz em Paris, também, apontam para uma espécie de multiculturalismo, ou, pelo menos, uma busca por um rompimento nas artes e costumes. Até mesmo, outras capitais, como Lisboa, com o carnaval dela, também, apresentavam essa tendência (Vianna, 2018).

Bastos (2005) assinala, também, o gosto pelo exótico e a abertura para o novo. Ele destaca, no entanto, o temor, pelos músicos franceses, diante da “invasão” dos estrangeiros, tema vindo, inclusive, a se tornar assunto de estado. O protecionismo francês, debatido pelo autor, hoje, ainda, é levado em conta na geopolítica, prova disso é a recente discussão Trump/Macron a respeito de políticas. Se, hoje, parte da França reclama do protecionismo americano, tendo resposta daquele lado, naquele período, já se via, nos músicos, esse movimento, e, assim como nas migrações contemporâneas, a vinda dos estrangeiros para o velho mundo, apesar de demonstrar um certo charme pelo exótico, não escapava de críticas.

As identidades, vistas sob o prisma da modernidade (Giddens, 1998), necessitam de parâmetros para um delineamento. Nesse caso, falando de uma cena dos anos 20, percebemos um discurso que, na superfície, prega o multicultural, mas, de fato, traz uma característica de empoderamento do dominante.

Tal empoderamento deve ser visto, todavia, do ponto de vista histórico. Na tentativa de compreender os eventos do ponto de vista discursivo, é necessário perceber a cena enunciativa: “é, precisamente, porque as identidades são construídas dentro, e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (Hall, 2000, p. 109).

Ainda assim, aconteceram trocas dos pontos de vista musical e cultural. Influências múltiplas foram sentidas na música do período. As identidades, aparentemente, mais sólidas, como as de mulher, homem, país africano, país latino-americano, ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação. Identidades são, assim, identificações em curso.

Procuraremos focar na influência sofrida por Pixinguinha e Os Batutas e, por essa influência que têm, na música brasileira. Os desdobramentos são complexos e impossíveis de percepção, com clareza, na contemporaneidade, portanto, manteremos o foco no período em questão.

PIXINGUINHA E A PROJEÇÃO CULTURAL

Passemos a entender a trajetória de Pixinguinha, que inicia na própria família, composta por músicos. O pai, flautista, tinha grandes amigos no meio musical e costumava tê-los em casa para tocar e trocar ideias. Pixinguinha cresceu a ouvir o choro nas rodas promovidas pelo pai. Aos 14 anos, já era

profissional, abandonando os estudos formais. Em 1917, grava o primeiro choro, com 'Pixinguinha' trio (Severiano, 2008).

O auge da trajetória do músico se deu com oito batutas (com Donga, figura primordial da música brasileira, que ficou marcado pela gravação do primeiro samba, denominado *Pelo Telefone*). Antes da excursão por Paris, tocavam no cine Palais e outros lugares elegantes do Rio. Após Paris, o grupo excursionou pela Argentina e, então, dividiu-se (Bastos, 2005).

Não só Pixinguinha, mas, também, os músicos brasileiros, historicamente, capitalizaram a originalidade dos sons que vieram das periferias, levando, ao mundo, o que ela produzia, do sertão à favela, do maracatu ao samba de roda. No entanto, mesmo considerando a grandiosidade desse movimento, não se pode deixar de levar em conta o interesse da indústria cultural (Adorno, 2003), além dos interesses geopolíticos que, sempre, estão próximos dos usos e da visibilidade aos produtos culturais em determinados períodos. Na atualidade, as trocas culturais de diversas espécies podem ser entendidas a partir de conceitos, como diplomacia cultural. "A projeção internacional, através de acontecimentos de tipo cultural, é, cada vez mais, enfatizada em tomadas de posição de agentes do campo político e do campo da cultura, com ecos na mídia que vêm acompanhando essa presença de forma mais visível [...]" (Vilarino, 2014, p. 141).

A ascensão de Carmem Miranda, a explosão mundial da Bossa Nova, assim como a telenovela brasileira em Portugal, trazem algo, além da simples fruição provocada por esses produtos culturais. A projeção do país, no exterior, passa pelo interesse governamental, via *soft power*, além do interesse empresarial.

Tal projeção acompanha a distinção que Even-Zohar (1996) faz ao classificar produtos culturais como bens e ferramentas. Esse conceito interessa, sobretudo, no sentido de que, enquanto ferramentas, a música e o consumo dela promovem determinadas narrativas (discursos, ideias etc.) referentes ao outro (no caso, Brasil), portanto, promovem atitudes e discursos quanto ao outro. No caso, os produtos são bens simbólicos da cultura brasileira, mas, também, são usados como ferramentas úteis para as pessoas e grupos, não necessariamente, de cunho oficial.

A aproximação do Brasil com a indústria cultural americana teve alguns momentos próximos, como os citados anteriormente. No caso em questão, algumas pistas aparecem na trajetória de Pixinguinha quando da digressão a Paris:

Alfredo da Rocha Viana Filho, o Pixinguinha, músico popular, historicamente, reconhecido no Brasil, tinha, como instrumento principal, a flauta. Depois dos encontros com os músicos de jazz na capital francesa, na viagem que fez com o grupo Os Batutas à Paris, em 1922, ele volta ao Brasil tocando outro instrumento: o sax (Vianna, 2018, p. 99).

Mostra das culturas em movimento de troca, a passagem anterior traz um elemento material, no caso, o saxofone, como ilustração da referida troca. Nos cartazes que anunciavam as apresentações, o samba aparecia misturado com o jazz. O texto mostra, também, que os músicos brasileiros e americanos tiveram uma convivência próxima em Paris.

Para além de questões musicais, o elemento racial aparece no texto: “na época, a viagem provocou, no país, um acalorado debate sobre a legitimidade d’ Os Batutas – em sua maioria, negros, que faziam uma música considerada nacional brasileira – como representantes brasileiros em Paris”. (Bastos, 2005, p. 6).

Nessa passagem, percebemos que a discussão vai no sentido da imagem do país no exterior, mas vista de dentro. Um país que tem, claramente, os elementos negro e indígena na formação dele, mas que questiona essa representatividade no exterior. Contemporaneamente, percebemos uma aproximação da representação mestiça brasileira, seja na música ou no futebol, por exemplo. Resta perceber se, com o atual governo brasileiro e as diretrizes que apresenta, não passemos a buscar uma imagem do país no exterior como aquela dos anos 20.

Além disso, uma discussão que aparece em relação à música brasileira é o fato de que Pixinguinha é reconhecido como expoente do choro, gênero musical brasileiro que tem, até hoje, grande representatividade. Na excursão do grupo, no entanto, foi vendida a ideia de um grupo de samba. Tal atitude parece derivar dos interesses do que Adorno (2003) chama de indústria cultural.

A repercussão da viagem foi bem grande no Brasil. A troca feita na França, com o estabelecimento da música brasileira lá e a vinda de estilos não só musicais, reverberou no país. “[...] o debate ruidoso, suscitado acerca da legitimidade de um grupo de maioria negra que executava uma música indígena poder representar o Brasil na capital cultural do mundo, pode ser lido como um imenso diálogo sobre a identidade do país” (Bastos, 2005, p. 3).

Claramente, a indústria da cultura prefere rótulos a discussões mais aprofundadas a respeito de elementos culturais de diferentes lugares. A diversidade estética que caracteriza a música brasileira é relativa à diversidade do povo brasileiro. Assim como a África, composta por diversos países, mas vista de forma homogênea no cenário internacional, o Brasil, com as diversas facetas que tem, pode representar uma tendência transcultural que não vai de encontro aos interesses industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações da pesquisa em questão passam pela consolidação, ou não, da imagem do país internacionalmente, a partir do intercâmbio de produtos culturais. A identidade nacional, entendida como sistema em constante realização, tem as questões de poder, sempre, como influência. No caso dos países emergentes, há, sempre, uma busca “sombreada” pelo pensamento colonialista:

Assim, ainda que tais gêneros populares de música/dança, ainda, não tivessem legitimação nos seus próprios países, considerados, pelas elites locais, como “música barata, sem nenhum valor”, ao viajar para a Europa, tais gêneros conformam identidades nacionais e são apresentados como “a” música nacional de tais países (Vianna, 2018, p. 101).

A passagem fala da Europa, mas a indústria americana tem grande influência no meio cultural brasileiro. Longe de pensar que devemos demonizar tal influência; percebê-la de forma consciente é de grande importância para que o artista brasileiro possa agir diante dela com um olhar crítico sem, no entanto, aceitar, sem critério, qualquer influência. A produção artística tem, na economia, a sobrevivência, no entanto, é preciso conhecer os rumos e necessidades de uma produção comprometida com uma identidade cultural.

Segundo Bourdieu (1996), o campo artístico, como o conhecemos hoje, “dá lugar a uma economia do avesso, assente, na sua lógica específica, na própria natureza dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações, cujo valor, propriamente, simbólico e cujo valor mercantil permanecem, relativamente, independentes” (Bourdieu, 1996, p. 162). Na continuação, o autor fala de duas lógicas econômicas que dão origem a dois modos de produção e circulação da arte. De um lado, uma produção comprometida com o desinteresse no ganho financeiro, comprometida com a acumulação do capital simbólico. Do outro, uma arte que faz, dos bens culturais, objetos como todos os outros, visando aos lucros do sistema capitalista (Bourdieu, 1996).

A passagem anterior traz uma discussão que deve ser fruto de futuros textos, pesquisas relacionadas não só à música brasileira, mas, também, ao peso que a legitimação, por parte de comunidades com maior prestígio, pode dar a obras e autores no meio artístico. No caso brasileiro, há uma crença entre os músicos, segundo a qual só pode ter uma carreira musical quem se desloca para o eixo Rio-São Paulo. No entanto, os grandes nomes da música popular carregam a marca das origens deles. Existe uma discussão que é pautada pela técnica, na qual permanece o argumento de que, em grandes cidades, estão os melhores estúdios e produtores. Esse argumento nos parece, no entanto, passível de discussão, já que o que é dito “original” nasce da diferença. Os grandes centros, com hábitos e maneiras, estariam distantes das periferias em originalidade?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Sobre a indústria cultural**. Coimbra: A. Novus, 2003.

BASTOS, R. J. de M. Les Batutas, 1922: uma antropologia da noite parisiense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

BOURDIEU, P. **As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem theory. **Poetics Today**, p. 9-26, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 4. ed. Oeiras: Celta, 1998.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

MARIZ, V. **A canção brasileira: erudita, folclórica, popular**. 3. ed. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 1977.

NICOLAU NETTO, M. **Música brasileira e identidade nacional na mundialização**. São Paulo: Fapesp, 2009.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, p. 31-52, 1994.

SEVERIANO, J. **Uma história da Música Popular Brasileira: das origens à modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

VIANNA, G. M. Samba e jazz além mar: a paisagem textual urbana de Paris no período entre-guerras com a chegada das músicas das Américas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies**, v. 5, p. 97-114, 2018.

VILARINO, P. C. As feiras internacionais do livro como espaço de diplomacia cultural. **Revista de Literatura Brasileira**, 2014.

WELSCH, W. **Transculturality – the puzzling forms of cultures today**. Londres: Cortez, 1999.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.



JOÃO CARLOS BORGES¹
LAVÍNIA MACHADO DA CHAGA²
MANUELA MENDES NUNES³
RICARDO FIGUEIRÓ CRUZ⁴

OS SAMBAQUIS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Sambaquis in the southern region of Brazil

ARTIGO 7

66-76

1- Graduado em História/ Uniasselvi/ Itajaí/SC. E-mail: joaocborges1998@gmail.com.
2- Graduada em História/ Uniasselvi/ Santo Ângelo /RS. E-mail: lavinia.machado23@gmail.com
3- Graduada em História/ Uniasselvi/ Tubarão/SC. E-mail: manu-mendess@hotmail.com
4- Tutor externo do Curso de História/Uniasselvi. E-mail: ricardo_figueiro@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho buscou pesquisar, mais a fundo, a respeito dos sambaquis na Região Sul do Brasil, incluindo características deles. Busca-se definir, além de contextualizar, o conceito de sambaqui como um patrimônio material importante para o conhecimento dos antepassados que habitaram a região litorânea do país, procuramos mensurar a importância para a sociedade e mostrar do que se tratam esses locais que são pouco conhecidos e estão sendo cada vez mais ameaçados pelo tempo e pelas gerações. A pesquisa é norteada a partir de fontes bibliográficas que proporcionam veracidade e fundamentação nas ideias e conclusões. Ao fim, procuramos trazer algumas reflexões a respeito da responsabilidade pública nesses sítios e de como devem ser inseridos na Educação Básica para ciência e conhecimento de todos.

Palavras-chave: Sambaquis. Conhecimento. Importância.

Abstract: The present work sought to research more in-depth information about sambaquis in the southern region of Brazil and their characteristics. We seek to define and contextualize the concept of sambaqui as an important material heritage for the knowledge of the ancestors who inhabited the coastal region of the country, we seek to measure its importance for society and show what these places that are little known and are being increasingly threatened by time and generations. The research is guided by bibliographic sources that demonstrate veracity and foundation in ideas and conclusions. In the end, we seek to bring some reflections regarding public responsibility in these sites and how they should be included in basic education for science and knowledge for all.

Keywords: Sambaquis. Knowledge. Importance.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é recheada de complexidade em diversos sentidos. Todos os dias, milhares de pesquisadores investigam o passado de cada sociedade que já viveu no Planeta Terra em busca de respostas e origens. Dessa forma, os pesquisadores costumam classificar os vestígios em materiais e imateriais. Segundo o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2014):

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Além disso, existem diversas formas de documentar e pesquisar os artefatos encontrados para que possamos conhecer cada característica daquela sociedade em si. As formas através das quais viviam, alimentavam-se e sobreviviam são dados, extremamente, importantes para os pesquisadores.

Dentre os vestígios, temos, também, os patrimônios materiais, que podem ser preservados por registro, inventário ou tombamento. De acordo com o Iphan (2014):

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas e acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Muitos brasileiros não possuem conhecimento do enorme patrimônio cultural presente no nosso país. No nosso território, encontram-se diversos artefatos deixados por nossos antepassados, os quais podem nos ajudar a entender os costumes, crenças e hábitos deles, reencontrando o nosso passado. Para termos uma ideia da grandiosidade dos vestígios encontrados no nosso país, no Estado de Santa Catarina, podemos encontrar o maior sambaqui do mundo na região, e poucas pessoas sabem dessa informação.

Diante dessa perspectiva, nortearmos o nosso trabalho, apresentando, ao leitor, as inúmeras contribuições, para a história, que existem no nosso território, buscando uma valorização regional do que é encontrado aqui. Dessa forma, conheceremos, a fundo, os sambaquis e sítios arqueológicos presentes na Região Sul, mas levando em conta que poucos conhecem o significado e a importância que têm.

Para que possamos conhecer um pouco mais da riqueza material do nosso território, em especial, da Região Sul, trouxemos esse tema à tona. A presente pesquisa busca pesquisar a respeito da importância dos sítios arqueológicos que encontramos na região, em especial, sambaquis. O que são? Onde se localizam? Como era a sobrevivência dos povos nesses locais? Quais são as políticas públicas de proteção e o papel do Iphan nesse cenário?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para falarmos a respeito dos sambaquis, precisamos entender, primeiramente, a arqueologia em si, uma ciência que estuda os materiais encontrados pertencentes aos nossos antepassados. A partir daí, temos um trabalho de interpretação, localização temporal entre outras constatações.

O Brasil é rico em sítios arqueológicos, principalmente, de sambaquis que ocupam boa parte da costa. Nos últimos anos, essas pesquisas estão permeando os litorais brasileiros em busca de vestígios.

Nesse sentido, temos o litoral de Santa Catarina, que atrai muitos turistas durante o ano, caracterizado pela presença de praias encantadoras, águas cristalinas e paisagens de tirar o fôlego. Os aspectos naturais da região não foram muito alterados e, portanto, é possível encontrar grandes riquezas arqueológicas dos povos que habitaram a região. A presença de sítios arqueológicos, sambaquis, remonta a mais de sete mil anos, e atrai visitantes e pesquisadores de todas as partes do Brasil (Guimarães *et al.*, 2018).

A palavra sambaqui tem origem na Língua Tupi (língua dos indígenas que habitavam o

litoral brasileiro na época do descobrimento), e significa “monte de conchas”, caracterizando sítios arqueológicos pré-históricos. São elevações arredondadas, as quais podem variar de tamanho e acumulam vestígios da cultura material de grupos pescadores-caçadores-coletores.

Guimarães *et al.* (2016, p. 277) afirmam que os sambaquis

[...] exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada, com camadas de conchas, mais ou menos, espessas, intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, repletos de materiais orgânicos e com muitos vestígios estruturais, como: artefatos, oferendas alimentares e estruturas de combustão.

Figura 1. Modelo de Estratificação das Camadas de um Sambaqui



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sambaquis_no_Brasil . Acesso em: 22 abr. 2022.

Nesses locais, é possível encontrar vestígios de natureza material, mas, também, de natureza imaterial, que podem auxiliar a descobrir como funcionavam, como os rituais religiosos e funerários dos povos que habitavam a região.

A ocupação desses locais apresenta números variados: alguns datam de 7.000 e 2.000 anos, já outros, de até 8.000 anos. Esses povos buscavam ocupar locais estratégicos que possuíssem água potável, fossem protegidos de ventos e permitissem uma visão ampla, nos quais pudessem ter acesso a alimentos.

Nota-se que os locais de implantação dos sambaquis, pelos povos, eram áreas próximas de enseadas, canais, rios, lagunas, manguezais e florestas, dessa forma, eles possuíam diversas formas de obtenção de alimentos, opções variadas de manter a sobrevivência (Gaspar, 2004).

Nesse sentido, de acordo com Gaspar (2004), caso não conseguissem pescar, poderiam caçar, colher frutas e sementes, tendo acesso a diferentes ambientes, caracterizando uma população sedentária.

Os dados obtidos pelas pesquisas informam um longo período de atividade dessas ocupações. Algumas permaneceram ativas durante mais de 1000 anos; outras, 350 anos, sem vestígios de abandono (Gaspar, 2004).

A proximidade dos sambaquis indica uma interação social e agrupamentos que permitiam uma certa interação social entre eles. Há indícios de circulação de pessoas e, até mesmo, núcleos destinados aos mais privilegiados. Havia, portanto, uma ordem social, uma espécie de hierarquia entre os sítios. Acredita-se, também, que, com um grande número de habitantes, era preciso fazer a divisão desses ocupantes para outros sambaquis, dividindo a comunidade.

OS SAMBAQUIS DO LITORAL SUL CATARINENSE

Após conhecermos um pouco mais a respeito dos sambaquis, suas definições e características iremos adentrar um pouco mais na região sul do Brasil, onde estão presentes importantes sítios arqueológicos pouco conhecidos, em especial o litoral sul que abriga o maior sambaqui do mundo.

De acordo com o Marque: Museu de Arqueologia e Etnologia (2021, on-line):

Sítios do tipo Sambaqui se distribuem por quase toda a Costa Atlântica, desde a foz do Amazonas até o sul do Rio Grande do Sul, com algumas áreas de concentração. O litoral de Santa Catarina é uma dessas áreas, onde há uma enorme concentração de sambaquis, dentro os quais, destacam-se os do sul e norte do Estado, que estão entre os maiores do Brasil e do mundo.

Os elementos que evidenciam a presença de um sambaqui em determinada região, geralmente, são instrumentos encontrados e restos de alimentos. A partir daí, é possível conhecer melhor os povos que habitaram o local.

Conheceremos, um pouco mais, os habitantes dos sambaquis do Litoral Sul, explanando hábitos e costumes deles que foram constatados por pesquisadores.



Figura 2. Sambaqui da Garopaba do Sul, o Maior do Mundo



Fonte: <https://notisul.com.br/geral/grupo-de-pesquisa-estuda-sambaquis-da-regiao/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

É necessário salientar que muitos vestígios, ainda, estão presentes no solo, mas alguns, infelizmente, são hipóteses dos pesquisadores, devido à alta perecibilidade. Além disso, levamos em conta a mudança da paisagem litorânea, que afeta, diretamente, as evidências, devido à movimentação das dunas e abertura de frentes agrícolas, que podem evidenciar novos sítios ou fazer com que desapareçam outros.

O Litoral Sul é rico em sítios arqueológicos, sambaquis, devido a uma grande presença de lagoas residuais com pequena profundidade, águas quentes e baixa salinidade. Uma das características principais dos povos era a procura por locais nos quais houvesse a presença de lagos, rios, na faixa dos oceanos, pois, como vimos, anteriormente, essa seria uma forma de obter alimento com maior facilidade (Beck, 1972).

Na região Sul, são encontrados sambaquis em diversas cidades: Imbituba, Imaruí, Laguna, Tubarão, Jaguaruna, Araranguá e Sombrio,

nas quais estão presentes diversas lagoas, como Mirim, Imaruí, Santo Antônio, Jaguaruna, Camacho, Santa Marta, além das áreas litorâneas. Ao todo, a região apresenta 78 sambaquis de tamanhos variados, sendo que alguns não foram escavados sistematicamente e sofrem ameaças de destruição total (Beck, 1972).

Os povos buscavam, de todas as formas, utilizar os recursos naturais advindos do local de habitat, como os de origem marinha. No litoral, com a presença de lagoas, havia uma enorme proliferação de moluscos, os quais auxiliavam na alimentação desses povos, por serem, facilmente, encontrados e capturados. Além disso, eles praticavam a pesca nos rios e mares, pois o litoral de Santa Catarina, sempre, ofereceu variedade e quantidade de peixes, como a tainha, que é, facilmente, encontrada nos meses de maio a julho. Outros peixes, como corvina, bagre, miraguais, também, eram encontrados entre os ossos e dentes de peixes deixados nos sambaquis (Beck, 1972).

Segundo Beck (1972), há evidências com restos ósseos de baleias, indicando que, ao encalhar na costa em determinado período do ano, devido à procriação, acabavam servindo de alimento para os habitantes do litoral. Portanto, a abundância de recursos naturais permitia a permanência de grupos humanos por um período de tempo variável nos litorais catarinenses.

A exploração de recursos vegetais, também, fazia parte do cotidiano. Apesar das poucas evidências encontradas, é grande a probabilidade de terem sido fonte de alimentação. Aqui, citamos frutas, como jaboticaba, ingá, pitanga, guabiroba, palmito, dentre outras. Além disso, havia coleta de larvas, insetos e mel silvestre para alimentação (Beck, 1972).

Portanto, esses grupos viviam da pesca, caça e coleta, e os povos pescadores-caçadores-coletores deveriam elaborar novas tecnologias para a obtenção de alimentos.

A caça, também, era, amplamente, praticada, como demonstram achados de ossos de mamíferos, como capivara e porco-do-mato. Além de alimentos, os restos ósseos deles eram transformados em artefatos.

Por fim, é importante destacar que os povos sambaquianos, também, utilizam armadilhas e outras armas para captura.

PRESERVAÇÃO

Os sambaquis são uma das evidências mais fortes da existência de populações pré-históricas que habitaram a costa do Brasil, e é um privilégio podermos observar esses sítios conservados.

Os sambaquis são identificados como patrimônio cultural brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 216 (Brasil, 1988).

São protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que qualifica o termo “sítio arqueológico” e dispõe sobre o patrimônio arqueológico. Essa lei prevê a proteção e a preservação, visando estabelecer limites, como a proibição

do uso para finalidade econômica. Estipula que qualquer ato de destruição é crime, sendo passível de punição, incluindo condições para escavações. Ainda, são considerados bens patrimoniais da União (Brasil, 1961).

Com a publicação da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, passaram a vigorar as diretrizes sobre pesquisas de campo; os procedimentos de deslocamento; [...] tratamento dos materiais encontrados e as descobertas notáveis; a circulação do material arqueológico, numismático, histórico e artístico para fora do país; bem como as penalidades aplicadas em casos de destruição de sítios arqueológicos (Fochi, 2020, p. 93).

Quanto à ideia de patrimônio cultural, as leis que buscam implementar atividades de preservação têm apontado para a grande importância do Iphan. O órgão não fica restrito, apenas, a vetar ações, mas, também, tem criado políticas de preservação que envolvem a comunidade e o país, valorizando a cultura e o desenvolvimento social. O objetivo é uma relação entre a administração local e os órgãos de preservação, elaborando ideias e recursos, gerando, assim, um senso de responsabilidade com o patrimônio, proporcionando ações mais efetivas na preservação de qualquer patrimônio em questão.

Leis de proteção referentes aos sítios arqueológicos são de grande relevância, pois, o que garante que esse patrimônio não será destruído, ou danificado, para dar lugar a algum edifício da modernidade?

Há um exemplo muito recente desse desrespeito às leis de proteção, quando uma multinacional de cervejas adquiriu o direito de construir uma fábrica perto de um sítio arqueológico em Minas Gerais. Esse lugar fica a 800 metros do local onde foi encontrado o fóssil de Luzia, a mulher mais antiga das Américas. Por fim, a empresa desistiu após muita resistência dos órgãos competentes, como Iphan (Pimentel, 2021).

Os papéis do Iphan são a criação e a implantação da política nacional do patrimônio cultural; a busca entre ações de departamentos públicos e da sociedade; conservar, fiscalizar e proteger bens tombados; promover e divulgar o patrimônio cultural; estabelecer normas de proteção, conservação e intervenção; além de muitas outras atribuições (Iphan, 2014). A ampliação das áreas nas quais o Iphan exerce atuação trouxe proximidade com as comunidades locais e visibilidade para as políticas de preservação.

A Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, prevê que são considerados monumentos arqueológicos, ou pré-históricos: inscrições rupestres; jazidas que representam testemunhos de ocupação humana, como os sambaquis (Brasil, 1961). Assim, conforme Fochi (2020, p. 91), “os sambaquis são resultados de processo de longa duração, edificados através de longos períodos, geralmente, datam de até mil anos e podem alcançar até 10 mil anos antes do presente”.

Na costa catarinense, são mais numerosos os registros de sambaquis e da ocupação dessa comunidade costeira, através de estruturas de grande porte e menores. Na década de 90, os sambaquis começaram a receber atenção dos pesquisadores, e as pesquisas foram fundamentais para entender processos culturais e naturais que envolvem esses sítios sambaquieiros:

Os estudos indicam que esses sítios deixaram de ser edificados e continuados, aproximadamente, entre 1000 e 500 anos antes do presente; de modo geral, é consenso que se trata de povos muito antigos que sumiram antes da chegada das levas de colonização europeias; as hipóteses sobre o desaparecimento dessas populações intrigam e dividem os estudiosos (Fochi, 2020, p. 92).

Em 2021, o Iphan investiu em torno de 70 mil reais na proteção dos sítios arqueológicos, e o investimento é destinado para ações, como sinalização e cercamento em torno dos sambaquis, fazendo par-

te das medidas de preservação, que têm os intuitos de delimitar e proteger a área. O cercamento é uma forma de evitar a passagem de veículos e motocicletas. Essa é, apenas, uma das medidas tomadas referentes aos sambaquis.

Durante muito tempo, os sambaquis foram usados para exploração de cal, obras de pavimentação de estradas, mineração, além de serem alvos de destruição por parte de vândalos. Entretanto, atualmente, é importante lembrar que os sambaquis são protegidos por lei, sendo que a destruição deles é crime, além de serem considerados um patrimônio cultural.

A comunidade local, na qual são encontrados esses sítios arqueológicos, tem papel importante na preservação desse patrimônio. Hoje, já é trabalhada, nas escolas, a educação patrimonial, além de serem realizadas atividades dentro da comunidade escolar, possibilitando que o aluno tenha um contato direto com a história da civilização sambaquieira.

METODOLOGIA

O presente artigo parte de alguns questionamentos, como: o que são sambaquis? Onde estão localizados? Como era a vivência dos povos originários desses territórios? Qual seria o papel do Iphan diante da preservação desses locais, incluindo as políticas públicas que visam proteger esse patrimônio histórico?

O nosso objeto de estudo foram os sambaquis no litoral catarinense.

Utilizamos, para a pesquisa, documentos escritos, e realizamos um levantamento bibliográfico referente ao tema. A partir dessa metodologia, nomeamos e definimos os rumos dessa investigação.

Nessa perspectiva, ao definir o tema da pesquisa, fizemos um levantamento das fontes históricas. Tais fontes e teorias auxiliaram na análise das fontes e para tecer algumas considerações, formando uma base essencial para responder perguntas realizadas no início do processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os sambaquis, como já foi exposto anteriormente, são um “amontoado de conchas”, o qual reúne vestígios de populações anteriores às nossas e trazem riqueza de detalhes e desvendam histórias que podem contribuir com pesquisas, estudos e conteúdos voltados para a educação.

O presente estudo faz com que aprendamos a respeito dos sambaquis, com o intuito de conhecer mais esses vestígios e onde estão instalados no Brasil. Com esse estudo, podemos entender que a geografia do litoral de Santa Catarina facilita a presença desses sítios arqueológicos.

Pode-se dizer que esse tema auxilia o aprendizado da comunidade, em geral, visto que, muitas vezes, não se fala tanto do assunto. Por mais conhecido que seja, diversas pessoas, como os alunos que estão iniciando a vida escolar, não sabem, ou nunca ouviram falar, o que é um sambaqui, incluindo demais informações a respeito dele. Sabemos da grandiosidade que se torna o sambaqui quando se dá a atenção devida ao assunto, e podemos perceber o quanto os vestígios históricos podem auxiliar na busca pelo entendimento e na história do cotidiano de populações que, por aqui, passaram.

A investigação feita por profissionais da história e arqueologia, também, é necessária para colaborar nessas pesquisas e proteger esses locais da interferência errônea do ser humano. Sabemos que a natureza acaba se alterando ao longo do tempo, mas, muitas vezes, o ser humano tem parcela de culpa nisso.

Os resultados dessa pesquisa nos trouxeram a certeza da grandiosidade que os sambaquis representam para a história brasileira, sobretudo, para a história de Santa Catarina. Absorver um enorme conteúdo do sambaqui em si e do quanto podemos aprender com a investigação de vestígios, com a pesquisa minuciosa realizada no dia a dia, seja com objetivos educacional e científico ou por interesse pessoal. Afinal, a pesquisa é importante para a vida social.

Com todo o estudo levantado neste projeto, avaliamos que, mesmo o assunto sendo conhecido pelos professores de História e alunos, precisa de mais investigação e apoio para valorizar esse patrimônio. Aqui, sugerimos visitas de estudos nesses ambientes, projetos com alunos dos Ensinos Fundamental e Médio de História. É importante trazer esse tema, para a sala de aula, com exposições, a fim de valorizar o patrimônio do sambaqui e inspirar conhecimento através dessas ações.

CONCLUSÃO

O projeto, aqui, descrito mostra-nos a importância dos sambaquis no território brasileiro, em especial, no litoral catarinense.

Concluimos, com este estudo, que o Litoral Sul é rico em sítios arqueológicos, sambaquis, pela grande presença de lagoas residuais com pequena profundidade, águas quentes e baixa salinidade.

Uma das características principais dos povos era a procura por locais nos quais houvesse a presença de lagos, rios, na faixa dos oceanos, pois, como vimos anteriormente, essa seria uma forma de obter alimento com maior facilidade.

De acordo com Guida (2021), ao longo de boa parte do litoral brasileiro, é possível que você encontre montes próximos a praias e lagoas que parecem ser feitos de conchas e areia. Alguns são enormes, com mais de 40 metros de altura; outros são bem pequenos, e não passam de 2 metros. Você já pode ter estado em cima de algum e não ter percebido o que era; ainda, já parou, observando, de longe, um desses montes, tendo se perguntado o que era aquilo, como foi parar ali.

Os sambaquis podem ser visitados, durante o ano, por alunos, professores. Ainda, como já acontece, pelos historiadores e arqueólogos. Antes disso, os sambaqueiros eram os construtores desses espaços.

Segundo Guida (2021), os sambaquieiros eram grupos pescadores-caçadores-coletores que viviam em um determinado local pela maior parte das vidas deles. Possuíam grande intimidade com o ambiente marinho, o que é demonstrado pela localização dos sítios (próximos ao mar, lagoas e mangues); pelas atividades que realizavam, como canoagem e remo; e pela fonte principal de alimentação, peixes.

Pesquisas apontam que sambaquieiros, provavelmente, possuíam diversas técnicas de pesca, que incluíam o uso de redes, anzóis, armadilhas e espinhéis.

Podemos entender que o sambaqui vai além daquilo que vemos hoje. Havia uma sociedade envolvida em cima daquele patrimônio histórico. Os povos buscavam, de todas as formas, utilizar os recursos naturais advindos do local de habitat, como os de origem marinha.

Ao decorrer do projeto, evidenciou-se o que é, de fato, um sambaqui, além de como ele se formou. Como já citamos, o litoral catarinense possui esse patrimônio. O que pode ser feito é uma maior valorização desse patrimônio em conteúdos produzidos e em incentivo à preservação dele. Citamos, como exemplo, a visita de alunos que estão iniciando na vida escolar, para conhecerem, de perto, os vestígios dos povos sambaquieiros.

Ao longo deste projeto, elencamos alguns dados referentes à preservação do patrimônio, como as leis de proteção aos sítios arqueológicos são importantes para garantir que o patrimônio não seja destruído, ou danificado, para dar lugar a algum edifício e/ou obras caríssimas, ou sofrendo alteração de vândalos.

A escola é o campo essencial para cultivar histórias e incentivar a investigação, a pesquisa referente a diversos assuntos relacionados ao povo, cultura e sociedade de uma região, Estado ou país. Nesse caso dos sambaquis, o Estado de Santa Catarina faz parte desse estudo, o que dá a oportunidade de aprimorar conhecimentos a respeito desse tema e da importância do trabalho arqueológico. Assim, na escola, poderão ser realizadas pesquisas, passeios, investigações e trabalhos de diversas formas, a fim de fazer com que o aluno conheça, com exatidão e amplitude, esse tema.

Os alunos poderão ver, de perto, o sambaqui; e compreender a organização social desses povos, a função de cada pessoa no grupo, fazendo com que o conhecimento seja significativo. Também, podemos entender o trabalho dos arqueólogos, que serão nossos apoiadores e colegas de profissão, não só em se tratando dos sambaquis, mas, também, de outros vestígios deixados pelo homem, com os intuitos de instigar o pensamento crítico e fazer as interações entre o passado e o presente. Por fim, concluímos que se faz necessário um olhar sobre o passado, não com julgamentos, ou pré-conceitos, mas, sim, com cautela e atenção.



PODEMOS ENTENDER QUE O SAMBAQUI VAI ALÉM DAQUILO QUE VEMOS HOJE. HAVIA UMA SOCIEDADE ENVOLVIDA EM CIMA DAQUELE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. OS POVOS BUSCAVAM, DE TODAS AS FORMAS, UTILIZAR OS RECURSOS NATURAIS ADVINDOS DO LOCAL DE HABITAT, COMO OS DE ORIGEM MARINHA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis litoral de Santa Catarina. Tese São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

FOCHI, G. M. **Educação patrimonial**. Indaial: UNIASSELVI, 2020.

GASPAR, M. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

GUIDA, V. **Você sabe o que é um sambaqui?** 2021. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2021/03/29/voce-sabe-o-que-e-um-sambaqui/>. Acesso em: 19 maio 2022.

GUIMARÃES, G. M. *et al.* Preservação de sambaquis: turismo como vetor em Tubarão-SC. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 2018.

GUIMARÃES, G. M. *et al.* Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina: proposta para um circuito de visitação. **Revista Memorare**, 2016.

IPHAN. Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARQUE. **Sambaquis**. 2021. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/marque-virtual/sambaquis/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PIMENTEL, T. **Cervejaria desiste de construir fábrica em área próxima à descoberta de Luzia**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/12/13/cervejaria-desiste-de-construir-fabrica-em-area-proxima-a-descoberta-de-luzia.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2022.



LEIANE DA SILVA MENEZES¹
VINÍCIUS RAJÃO DA FONSECA²

Metodologia e Tecnologias no Ensino da História

Methodology and technologies in history teaching

ARTIGO 8

77-88

1 Acadêmica do Curso de História do Centro Universitário Leonardo da Vinci/UNIASSELVI.

2 Tutor Externo do Curso de História do Centro Universitário Leonardo da Vinci/UNIASSELVI.

Resumo: O presente trabalho tem como tema “Metodologia e Tecnologias no Ensino da História”, e tem por objetivo principal apresentar metodologias que podem ser utilizadas através da tecnologia como atividade didática no Ensino da História. Procura-se apresentar também como complementação deste trabalho, como a inclusão das tecnologias associadas ao uso da internet, os alunos podem desenvolver atividades inovadoras no Ensino da História, tais como pesquisas dirigidas, vídeos explicativos, visitas virtuais, entre outros, com o intuito de compreender como integrar e articular estas tecnologias como práticas pedagógicas dentro do espaço escolar. Quanto à metodologia adotada na trajetória desta pesquisa, foi feita através de materiais bibliográficos, pautada em diversos autores, seguida de pesquisas eletrônicas com o tema relacionado. Nesse sentido, a presente pesquisa demonstra em sua trajetória um ensino de História mais leve e mais dinâmico pautado nos métodos aqui apresentados, juntamente com novas possibilidades de ensino, certo de que tudo deve ser ponderado, pensado e organizado pelo professor, pois é ele quem planeja os traços e objetivos de seu trabalho. Assim, as tecnologias na disciplina de História, são possibilidades de ensino, visando sempre à melhoria da qualidade na transmissão do conhecimento e na formação crítica dos alunos.

Palavras-chave: Ensino. Metodologia. Tecnologia.

Abstract: The present work addresses the theme “Methodology and Technologies in History Teaching” and aims to present methodologies that can be used through technology as didactic activities in History Teaching. We also seek to demonstrate, as a complement to this work, how the inclusion of technologies associated with internet use allows students to develop innovative activities in History Teaching, such as directed research, explanatory videos, virtual visits, among others. The goal is to understand how to integrate and articulate these technologies as pedagogical practices within the school space. Regarding the methodology adopted in the course of this research, it was conducted through bibliographic materials, based on various authors, followed by electronic research on the related topic. In this sense, the present research demonstrates in its trajectory a lighter and more dynamic approach to History teaching based on the methods presented here, along with new possibilities for teaching. It is emphasized that everything must be considered, thought out, and organized by the teacher, as they are the ones who plan the outlines and objectives of their work. Thus, technologies in the History discipline are teaching possibilities, always aiming to improve the quality of knowledge transmission and the critical formation of students.

Keywords: Teaching. Methodology. Technology.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o tema “Metodologia e Tecnologias no Ensino da História”. Considerando o exposto, sabem-se que os aparatos tecnológicos exigem dos professores profundas mudanças e que precisam se adaptar e se integrar às novas possibilidades de ensino que as tecnologias oferecem a prática de ensino e aprendizagem. Sabemos, porém que mesmo com todo o avanço da tecnologia, elas nem sempre são utilizadas no sentido de contribuir com o ensino da disciplina de História, que acaba se limitando aos livros didáticos e aulas teóricas. Partindo desse pressuposto, buscou-se desenvolver estudos acerca de um problema que permeia os espaços escolares: como aproveitar a tecnologia como atividade didática no ensino da História?

É válido destacar que o objetivo principal deste estudo é compreender como integrar e articular a tecnologia no ensino da História, promovendo um impacto positivo nas práticas pedagógicas, mostrando diferentes metodologias que poderão ser aplicadas por meios de recursos tecnológicos.

Deste modo, este estudo possibilita a ampliação dos conhecimentos no que tange as diversas possibilidades da utilização da tecnologia e suas inúmeras ferramentas no ensino da História. Assim, o presente trabalho tem por objetivo também expor as possibilidades de metodologias que podem ser utilizadas no ensino através da tecnologia explorando seus recursos para um bem maior, como o mundo das imagens, sons e cores presentes nos vídeos, celulares, computadores e outros aparelhos tecnológicos que dão acesso a sites, blogs entre outros que serão aqui expostos.

Visando mostrar também quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores de história na integração da disciplina frente à tecnologia, para que ambas contribuam na educação.

Esse estudo tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica, possibilitando um embasamento por meio de estudos realizados, por diver-

sos autores, e na trajetória da mesma foram feitos levantamentos de dados através de materiais eletrônicos e sites. Há argumentos sobre o tema em questão, que é a tecnologia e sua presença no processo educativo. Desta forma, essa abordagem contribui significativamente com a superação dos problemas didáticos metodológicos que surgem entre os educadores/alunos. Deste modo, por viés da junção tecnologia/educação pode-se repensar sobre o ensino de História onde os alunos possam participar de atividades mais contextualizadas, percebendo os conteúdos com mais significância.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Oliveira (s.d.) as novas tecnologias não apresentam apenas uma coleção de máquinas e conjunto de softwares, pois elas incorporam um modo de pensamento capaz de orientar o indivíduo para que possa enfrentar o mundo de modo particular. Considerando isso, sabe-se que mesmo com todo o avanço da tecnologia, elas nem sempre são utilizadas no sentido de contribuir com o ensino da educação, em questão, na disciplina de história, que acaba se limitando aos livros didáticos e aulas teóricas que na maioria das vezes se torna corriqueiro, fazendo com que o aluno sinta o conteúdo exaustivo. Sabe-se que “A tecnologia é um campo de estudo crítico e reflexivo fundamental a formação do professor” Morell (2015, p.3). Considerando a presença desta tecnologia, em particular os computadores, na escola enquanto ferramentas pedagógicas é importante destacar o conceito de Valente (1998, p. 120), “o computador não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com o qual o aluno desenvolve uma tarefa por intermédio do computador”.

Enquanto ferramenta, a tecnologia deve ser utilizada com o objetivo de auxiliar o professor a compreender que a educação está além da transferência do conhecimento, mas no próprio processo de construção. Em conformidade ao exposto, Morell (2015, p. 3):

Questionar o que pode dar uma nova perspectiva de trabalho ao professor. Porém, compreender esse processo como uma via em que há perdas e ganhos nos deixa um pouco mais atentos à complexidade das tecnologias aplicadas ao processo de ensino da história. Entretanto, o intuito não é excluir tecnologias novas ou já conhecidas, mas incluí-las ou reaproveitá-las sem que se tornem ferramentas de práticas desatendidas às necessidades da atual comunidade escolar.

No que tange o ensino da história, é importante que o professor dessa disciplina esteja atento às mudanças advindas dessa nova realidade tecnológica que permeia o espaço escolar, contribuindo para que o aluno desenvolva a capacidade de compreender criticamente os fatos históricos, bem como os fatos que acontecem no mundo atual, tornando-o um cidadão capaz de, conscientemente, enfrentar as adversidades que o mundo moderno apresenta cotidianamente.

Visando essa preparação dos cidadãos, o ensino da História deve acontecer em sintonia com o tempo atual. Porém, assim como os professores das demais disciplinas, grande parte dos professores de História não insere o uso das tecnologias na prática pedagógica. Geralmente, o professor de História ocupa uma função de mero reprodutor das funções produzidas, o que torna sua prática pedagógica defasada e descontextualizada. Desse modo, esse professor deve compreender os processos de inovação advindos da tecnologia. Vale ressaltar que mesmo que esse educador esteja a par desses avanços, “esses equipamentos não substituirão o professor” (Rocha, 1996, p. 52).

Ainda para Rocha (1996), o professor de História, como os demais profissionais das Ciências Humanas, faz pouco uso das tecnologias no ensino e, geralmente, em sua prática pedagógica o professor se apresenta como mero reprodutor dos fatos históricos, sendo que o ato de ensinar repre-

senta à defasagem a desconexão entre História e mundo atual. Para tanto, o professor historiador deve ser um pesquisador nato, e é seu dever estar à parte das inúmeras metodologias que podem ser aplicadas com o auxílio da tecnologia.

No contexto da sociedade do conhecimento, a educação requer uma nova abordagem, onde o componente tecnológico deve ser considerado, pois os discentes podem contar com as novas tecnologias e aumentar exponencialmente as informações que necessitam em seus estudos. Cunha (1992) destaca que a verdadeira mudança no ensino deve partir da produção do conhecimento que esteja voltado ao ensino e a pesquisa, somente assim os sujeitos poderão assumir a postura de pesquisadores, e conseqüentemente a reflexão.

Sabemos que a tecnologia está cada vez mais presente na vida dos seres humanos, portanto, é necessário que o professor consiga relacionar as informações. É necessário que o professor analise as funções que as tecnologias desempenham na vida social dos alunos e aproveitar essas ferramentas no sentido de levar o educando a compreender criticamente os fatos históricos, bem como os fatos que acontecem no mundo atual.

É importante destacar que a inserção das tecnologias no Ensino da História se caracteriza como oportunidade aos alunos de se apropriarem de conhecimentos e valores necessários à compreensão crítica do passado e do presente. Segundo Ferreira (1999, p. 135), o computador no ensino de História é fundamental por:

- desenvolver habilidades como criatividade, coordenação motora, percepção visual e auditiva;
- motivar a pesquisa;
- por os alunos em contato com a realidade através do programa (software) escolhido;
- organizar as informações;
- classificar dados;
- traçar croquis, esboços e desenhos (fazer mapas, plantas da realidade estudadas e outros);

- organizar a vida escolar;
- produzir trabalhos escolares, através de softwares de planilhas, banco de dados e processadores de textos;
- elaborar gráficos estatísticos;
- fazer apresentações mais dinâmicas.

Pensando sobre a transformação do aluno numa comunidade de investigação, Moran (1999) explica que o processo de ensino aprendizagem, atualmente, exige menos conteúdos fixos e mais processos de pesquisa e comunicação.

Pensando nisso, foram desenvolvidas diversas metodologias educativas que podem ser aplicadas em sala de aula no processo de ensino da História. Numa distinção simples, teríamos as fontes históricas disponíveis em:

- Natureza material e imaterial.
- Recursos físicos, digitais e on-line.
- Forma de texto, imagem e ou som.
- Materiais fossilizados [...].

Mas com o avanço da tecnologia e de seus infinitos recursos não estamos aprisionados apenas um caminho de aprendizagem, Em conformidade ao exposto contribui o autor afirmando:

Com o avanço dos recursos tecnológicos na Educação podemos encontrar no uso das TIC um fator motivador, porque permite a manipulação de diferentes mídias (texto, imagem, som), possibilitando maior aprendizagem e o estabelecimento de uma relação mais interativa entre o sujeito e o conhecimento. Elas também poderão ser utilizadas como técnicas para auxílio na ruptura do modelo de ensino, centrado apenas no professor e abrir novos caminhos e abrir novos caminhos para além das estruturas físicas de sala de aula convencional. (FERNANDES *apud* MORELL, 2015, p. 59).

Ainda para Morell (2015), a proposta é explicitar alguns recursos a fim de incentivar novas propostas de trabalho pedagógico; diferentes abordagens de pesquisa histórica; habilidades de leitura e interpretação das fontes históricas; redescoberta de novas representações do patrimônio histórico.

Para tanto, apresentaremos algumas tecnologias de ensino que podem ser utilizados no ensino da História, e em um todo, na transposição do conhecimento. Ao pensar em informação vem logo à mente a ideia do jornal impresso, mas hoje temos mais acessibilidade a este recurso, como o jornal online.

Figura 1. Fragmento da versão on-line da Folha de São Paulo



Fonte: Morell (2014).

O jornal Folha de São Paulo na versão on-line fornece opções importantes para o trato com aspectos da história contemporânea e que, sem dúvida, servem como excelentes pontos de partida para o desenvolvimento de ações pedagógicas. Em consonância, também podemos encontrar as revistas disponíveis também na versão on-line.

Figura 2. Revista de História Regional



Fonte: Morell (2015).

A Revista de História atende a uma necessidade recorrente do curso de História, que é presente em quase todas as regiões brasileiras, presume a necessidade de novas fontes e materiais para a história regional. Também disponível integralmente on-line a revista é um excelente espaço de divulgação de materiais voltados à pesquisa em História e Região. A revista busca discutir a historicidade de práticas sociais e culturais que constroem específicos processos de regionalizações.

Além dos jornais e revistas disponíveis no meio digital, novas tecnologias e fontes são criadas a cada mês e ano. Estamos em um contexto histórico que, dificilmente, conseguiríamos estabelecer um limite para a capacidade da criação humana, em especial, no que se refere à disponibilidade de recursos da internet.

No caso do Blog Digital, comentado a seguir, temos um exemplo de um desafio que fica mais aparente quando tentamos imaginar de que forma traríamos os elementos históricos para uma prática em sala de aula.

Figura 3. História digital



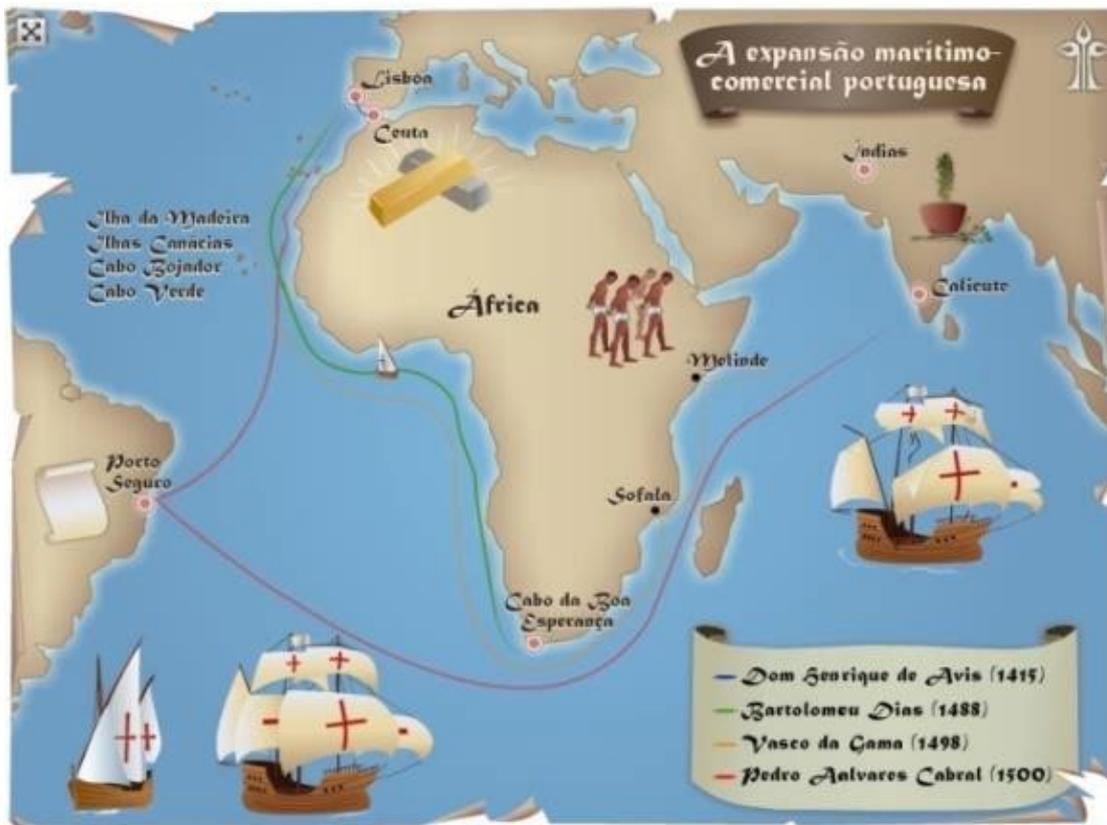
Fonte: <http://www.historiadigital.org/>. Acesso em: 10 maio 2022.

O trabalho desenvolvido pelo Blog História Digital supera nossa expectativa para um blog. É uma opção com muitos recursos disponíveis e viáveis para estudantes do Ensino Fundamental, Médio, bem como para a formação de professores no que compete às metodologias e tecnologias no ensino de história. É uma ferramenta que desperta interesse pela diversidade e que inspira novas possibilidades de organização pedagógica além do próprio site.

O blog foi criado com a intenção de divulgar e debater o uso de mídias digitais na educação explorando diferentes linguagens. Foi considerado, em 2010, o melhor blog do país. Organiza o acesso aos recursos, tanto pelo tema da história quanto pelo tipo de recurso. Assim, você pode conhecer tudo o que está disponível sobre Pré-história, por exemplo, ou também, conhecer os conteúdos através de resumos temáticos, resumos de livros, vídeos, infográficos, teleaulas, (sic) jogos, atividades, curiosidades, atividades interativas, questões, provas e visitas virtuais a museus. (Morell, 2015, p. 75)

Outra ferramenta que pode ser encontrada dentro do Blog História Digital são os infográficos.

Figura 4: Infográfico “a expansão marítimo-comercial portuguesa”



Fonte: <http://www.historiadigital.org/infograficos/infografico-grandesnavegacoes-portuguesas/>. Acesso em: 10 maio 2022.

O infográfico é um recurso que intercala movimento, interatividade, leitura de imagem e texto. Neste infográfico, disponível no Blog História Digital, é possível conhecer aspectos das grandes navegações portuguesas como rotas de navegação, características das embarcações entre outras. Outra modalidade até então pouco conhecida e explorada são as visitas virtuais, disponíveis para museus e outros sites. Na figura a seguir, demonstramos opções do Blog Anne Frank House, para uma visita virtual ao Anexo Secreto.

Figura 5. Visita virtual ao anexo secreto



Fonte: www.annefrank.org/en/anne-frank/secret-anne/. Acesso em: 10 maio 2022.

Através do blog, é possível fazer um passeio virtual pelo anexo secreto em que a família Frank ficou escondida por dois anos durante a Segunda Guerra Mundial antes de serem delatados e levados para o campo de concentração. Os recursos de visualização permitem que sejam explorados mais direcionais, seja a paisagem ou detalhes da arquitetura. Explore caminhos através da internet e descubra novos locais que podem ser visitados pelos alunos, mesmo estando fisicamente longe.

Figura 6. Anne Frank House



Fonte: <https://abdf9.org9/bibliote3ca-4virtual-ca-sa-de-anne-frank-4visita-4virtual/4vist>. Acesso em: 10 maio 2022.

Ao procurar por links de visita virtual, encontraremos uma lista bem generosa. Assim, terá o prazer de conhecer diversos museus famosos pelo mundo. Dependendo do museu escolhido, além da visualização do acervo, você realiza a visita virtual nos espaços que achar mais adequado à sua atividade pedagógica.

Até agora nesta pesquisa, temos demonstrado alguns recursos que possam servir de contribuições para trabalhos dos professores de história. Evidentemente, que neste curto espaço não seria possível esgotar as possibilidades e potencialidades que a tecnologia oferece no curso de ensino da história. Para tanto, expor outros recursos e ferramentas que poderão ser usadas como metodologias da aplicação destas tecnologias no acesso ao conhecimento histórico.

Como é o caso desta ferramenta que não pode deixar despercebido referente a imagens, que é A Galeria Virtual e Pinturas Históricas.

Figura 7. Museu Histórico Nacional



Fonte: <http://mhn.museus.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2022.

A figura acima representa a página inicial da visita virtual ao Museu Histórico Nacional (MHN), que demonstra um trabalho exclusivo e contribui com a história da imagem na cultura brasileira. O museu foi criado em 1922 e é um dos mais importantes museus do Brasil. Atualmente, reúne um acervo de mais de 348 mil itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina. O conjunto arquitetônico que abriga o Museu foi desenvolvido a partir do forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro. Recomenda-se o acesso ao Museu, por ele possuir uma fonte riquíssima em imagens que são de fundamental importância para o conhecimento histórico. Pois:

A imagem é uma fonte para o estudo da cultura visual. Estudar, pesquisar e pensar a história da imagem significa a investigação histórica do próprio olhar de quem pesquisa. O olhar nunca é neutro, imparcial ou inocente. Logo, constituição da visão do historiador ocorre como uma prática de processo social de sentidos e significados. (LABHOI *apud* MORELL, 2015, p. 161).

Frente ao exposto, percebe-se que este tema desperta a curiosidade dos estudantes, pois contribui para a formação de diferentes narrativas históricas. Assim como outros projetos existentes que podem ser trabalhados e explorados pelos professores podendo ser trabalhado em conjunto ou separadamente, visando é claro, aprender com os novos ambientes de aprendizagem e garantir uma qualidade de ensino que esteja adepto as novas possibilidades que a tecnologia nos oferece. Pois, sabe-se que este campo ainda está se formando e está em constante evolução. Portanto, cabe ao professor estar sempre em busca deste conhecimento.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi executada através de uma pesquisa qualitativa, e para as etapas realizadas, o levantamento de dados se deram por meio de livros especializados, artigos periódicos e teóricos relacionados, que anteriormente já trabalharam e debateram sobre o tema. Para tanto, faz-se o uso de materiais bibliográficos para reafirmar os dados apresentados nessa pesquisa. A qual está devidamente dividida em pontos que apresentam o contexto histórico do tema em questão, relacionando a importantes aspectos a serem observados e compreendidos a respeito do assunto, a fim de esclarecer e proporcionar um melhor entendimento sobre o tema abordado.

O presente estudo apropriou-se também de uma pesquisa eletrônica em sites, blogs e visitas virtuais, onde busca-se metodologias de ensino relacionadas à área de história, que estão em consonância com o tema aqui proposto; informações do objeto em estudo, uma vez que obtidas tais informações foram registradas e analisadas nesta pesquisa. A qual foi realizada na cidade de Itacoatiara, Amazonas. E além dos dados obtidos por meio de pesquisas bibliográficas e eletrônicas, também utiliza-se artigos, fazendo comparação entre ambos, e suas diferentes informações que vieram contribuir para a construção deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pelos resultados obtidos por meio da produção deste estudo, pode-se conhecer um pouco mais sobre a influência da tecnologia na educação; observar algumas novidades de estratégias didáticas, conhecer alguns autores que discutem teorias da aprendizagem frente às tecnologias digitais. E assim estar informado a novos ambientes de aprendizagem.

Também discorre-se a importância do professor estar por dentro de tais informações, pois a tecnologia é um campo de estudo crítico e reflexivo fundamental à formação do professor, tanto que, durante a construção deste trabalho tentamos discutir conceitos e apresentar caminhos de trabalho. Há argumentos, nesta trajetória, sobre o que são as tecnologias e sua presença no processo educativo.

Como resultados alcançados, aponta-se e descobre-se alguns caminhos de trabalho/metodologias, e suas dimensões no processo educativo. O presente estudo apropriou-se

também de uma pesquisa eletrônica em sites, blogs e visitas virtuais, em que há busca de metodologias de ensino relacionadas à área de história, que estão em consonância com o tema aqui proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a luz das pesquisas virtuais, e mediante a tudo que foi apresentado, compreende-se que como professores de História, é sempre bom termos recursos que podem ser utilizados de forma rápida e que tragam variedades para que os mesmos não fiquem deveras repetitivos.

Para tanto, compreende-se também a amplitude que a tecnologia possui em uma sociedade, e conseqüentemente como pode ser usada na transposição do conhecimento histórico, na educação, no meio social entre outros. Na medida em que estes ultrapassem as barreiras do conhecimento, e para tanto, se portem e conheçam os fatos aqui apresentados.

É importante salientar que este estudo possibilitou reflexões sobre o Ensino da História mediado pelas novas tecnologias. Por meio desta pesquisa científica, pode-se compreender algumas das possibilidades de ensino e aprendizagem na disciplina de História, con-

siderando as abordagens de ações e recursos metodológicos.

Conforme os autores que fundamentaram este estudo, o Ensino de História deve considerar as informações da sociedade, e que exige do professor uma formação continuada e atualizada, é preciso que o professor esteja aberto para as inovações atualizadas do mundo.

Por meio da pesquisa bibliográfica e da intervenção pedagógica pode-se constatar que o professor de História deve estar reestruturando e revendo suas metodologias de trabalho em prol de melhorias em seu ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos.

Outro fato importante que foi analisado e refletido um pouco mais foi que o uso de tecnologias em sala de aula proporciona aos alunos um ambiente de aprendizagem mais envolvente, rompendo com padrões tradicionais que permeiam o ensino da história. Com a inclusão das tecnologias associadas ao uso da internet os alunos podem desenvolver atividades inovadoras no Ensino da História, tais como pesquisas dirigidas, vídeos explicativos, visitas virtuais, pesquisas de imagens e fotos históricas, como as que foram aqui apresentados anteriormente.

Pode-se concluir que as propostas de trabalho desenvolvidas por meio deste estudo cumpriram com seu objetivo inicial, pois conseguiu-se demonstrar um ensino de História mais leve e mais dinâmico, de maneira que não deixa de fugir do ensino tradicional, mas que também se apropria de metodologias mais atualizadas incluindo-as ao ensino.

Portanto, essa abordagem apresentou novas possibilidades de ensino, certo de que tudo deve ser ponderado, pensado e organizado pelo professor, pois é ele quem planeja os traços e objetivos de seu trabalho. Assim, as tecnologias na disciplina de História, são possibilidades de ensino, visando sempre à melhoria da qualidade do ensino e a formação crítica dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANEE FRANK HOUSE, 2022. Disponível em: <https://abdf.org.br/biblioteca-virtual-convide-i9/vamos-aprender-algo/casa-de-anne-frank-visita-virtual/visit>. Acesso em: 10 maio 2022.

FERREIRA, C. **A importância das novas tecnologias no ensino de História.** In. Universa. Brasília, n 1, fev. 1999.

HISTÓRIA DIGITAL, 2022. Disponível em: <http://www.historiadigitak.org/>. Acesso em: 10 maio 2022.

MORELL, J. C. **Tecnologia da Informação e Comunicação no Ensino de História.** Indaial: UNIASSELVI, 2015.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2022. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2022.

O ANEXO SECRETO. **Na Segunda Guerra Mundial, Anne Frank, judia, esconde-se dos nazis. É descoberta 2 anos depois. Morre em 1945, em Bergen-Belsen.** 2022. Disponível em: www.annefrank.org/en/anne-frank/secret-anne/ Acesso em: 15 maio 2022.

ROCHA, U. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In. NIKITIUK,

S. L. (org). **Repensando o ensino de História.** São Paulo, Cortez, 1996.

VALENTE, J. A. **Logo:** Conceitos, aplicações e projetos. São Paulo: McGraw-Hill, 1998.